

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
MERENDA**

**PRESIDENTE  
MARCOS ZERBINI - PSDB**

**23.11.2016**

**CPI - MERENDA****23.11.2016**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 48, de 15 de junho de 2016, com a finalidade de apurar e investigar o fornecimento de merenda escolar em todas as escolas estaduais, nos contratos firmados por empresas e por cooperativas de agricultura familiar, com o Governo do Estado de São Paulo e municípios paulistas, além de eventuais ações de agentes públicos e políticos, para esclarecer se houve, ou não, prejuízo ao Erário.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Alencar Santana, Beth Sáhão, Estevam Galvão, Barros Munhoz, Carlão Pignatari e Jorge Caruso. Peço ao secretário que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sr. Presidente, havendo concordância, peço a dispensa da leitura da Ata da reunião da semana anterior.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Srs. Deputados, eu só gostaria de relatar o ocorrido na reunião passada, e deixar clara aqui uma posição desta Presidência. Na reunião passada, esta Presidência solicitou que a Polícia Militar retirasse um manifestante do plenário, em função do desacato aos Srs. Deputados, aos Srs. Parlamentares desta Casa. Isso ocorreu, e um deputado acabou colocando, sem que este presidente percebesse, esse manifestante, depois, no plenário, na parte inferior da Casa.

Eu já solicitei... Senhores e senhoras, eu não vou permitir nenhuma manifestação de desrespeito aos Srs. Deputados. O procedimento vai ser o mesmo. Vai ser o mesmo. Eu solicito à polícia que, se houver qualquer desrespeito, que retire o manifestante da sala.

Segunda informação importante aos Srs. Deputados: se algum deputado fizer o que fez na reunião passada, eu pedi para a polícia identificar quem vai ser o parlamentar. Este presidente vai representar na Comissão de Ética da Casa, porque foi desacatada uma determinação que cabe a este presidente. Eu não vou aceitar esse tipo

de desacato. Eu vou encaminhar à Comissão de Ética. Então, quero deixar já avisados os Srs. Deputados, de que vai ser esse o procedimento que este presidente vai adotar.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, até pela oportunidade desse assunto que V. Exa. trouxe a lume, eu cheguei hoje à Assembleia e fiquei até um pouco assustada, porque o efetivo policial hoje aumentou demais. Inclusive, parece que com a Tropa de Choque.

Eu gostaria que V. Exa. também nos informasse se essa solicitação partiu da Presidência da Casa, e qual a razão disso, porque temos feito reuniões. Não sei se foi por conta da CPI, ou se foi por conta de alguma outra coisa que porventura possa estar acontecendo, ou vai acontecer aqui na Assembleia. De qualquer modo, não é comum a presença da Tropa de Choque aqui, e nem de bom alvitre que ela esteja aqui. Afinal de contas, a Tropa de Choque deve ser chamada só em casos de conflitos, ou de qualquer indisposição muito grave. (Manifestação dos presentes.)

Portanto, a impressão que nós tivemos, inclusive conversando com a nossa assessoria, parece uma guerra. Isso gera um mal-estar muito grande em todos nós. Esta Casa é uma Casa democrática, que permite o ir e vir das pessoas. Eu concordo com V. Exa., quando diz que precisa haver hierarquia, precisa haver respeito. E aqui nós não estamos desrespeitando ninguém. Muito pelo contrário, nós queremos saber o que de fato está acontecendo, por que essa presença ostensiva.

E nós gostaríamos de pedir a retirada da Tropa de Choque daqui, porque não há necessidade da presença dela na nossa Casa. É uma Casa que, afinal de contas, discute a democracia, que permite os atos e gestos democráticos. Este País está vivendo um momento tão delicado, e cabe a nós darmos o exemplo de como podemos conviver com civilidade. E a civilidade não implica em gestos e ambientes que criem qualquer repressão.

Portanto, faço essa solicitação a V. Exa., porque não vejo necessidade da presença dessa entidade na nossa Casa, por favor.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Esta Presidência registra a presença do nobre deputado Delegado Olim e da nobre deputada Marcia Lia.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Bom dia a todos. A Polícia Militar aqui é muito bem-vinda, e gostaria de deixar consignado que ela fique aqui, que é a segurança

de todos, ao contrário do que o PT acha. Com certeza outros deputados querem mais a Polícia Militar do que bandidos aqui dentro. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Feito o registro. (Pausa.) Srs. Deputados, Sras. Deputadas, por favor. Calma, calma.

(Vozes sobrepostas.)

**A SRA. MARCIA LIA - PT -** Exigimos respeito.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Sr. Presidente, falei com total delicadeza aqui, durante minha fala.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** A delicadeza ...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** A sua delicadeza não é a minha. Até porque sua formação é diferente da minha. O senhor é delegado, eu sou psicóloga. É uma pequena diferença. É uma pequena diferença de formação.

Então, vamos representar contra V. Exa., porque na medida em que V. Exa. falou que aqui há bandido, a impressão que deu é que nós somos bandidos. Eu quero dizer uma coisa, que meus pais sempre me deram foi ...

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Não falei para Vossa Excelência.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Não interessa. Não interessa. Quando V. Exa. fala, V. Exa. generaliza.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Eu adoro representações.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Vossa Excelência modere suas palavras, porque, nas minhas, eu não ofendi.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Vossa Excelência também modere as suas palavras contra a polícia.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu não ofendi. Então, V. Exa. ofendeu a todos nós aqui. A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores ...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Queremos os bandidos da merenda. Isso que nós queremos.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Vossa Excelência retire o que disse.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não vou retirar nada, Sr. Presidente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Então nós vamos representá-lo.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Estou esperando.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, cabe a esta Presidência informar que não é de minha competência, e nem foi determinação minha, a forma como se policia a Casa. Isso é uma determinação de quem comanda a tropa aqui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Manda a Assembleia. O presidente da Assembleia tem nome.

Sr. Presidente, vou aproveitar e fazer aqui uma outra denúncia sobre isso. Deputado Olim, esta Casa não tem bandido, pelo menos, espero. Estamos aqui investigando na CPI da Merenda. Para quem sabe, ...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Não falei de Vossa Excelência.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não falei que V. Exa. falou de mim. Para, quem sabe, nós punirmos os ladrões da merenda. A sociedade espera uma resposta, assim como os estudantes.

Sr. Presidente, ontem havia diversos estudantes na Casa, pelo que eu presenciei. Um grupo foi ao meu gabinete, dizendo que vão a um encontro. Isso é praxe, diversos grupos fazem isso. Eu me espantei, porque havia policial acompanhando. Achei que estava por acaso, por coincidência, nas proximidades do gabinete. Aliás, no gabinete não é a primeira vez que vejo policiais no entorno.

Queria entender qual a razão. Fica aqui a pergunta a V. Exa., como presidente desta comissão, que encaminhe ao comando da PM se há algum problema com meu gabinete, para ficar a PM ali, a todo momento, no corredor.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, não estava no seu gabinete, estava em toda Assembleia.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** -Sr. Presidente, não estou falando só de ontem. Estou fazendo um encaminhamento a V. Exa., e peço, como presidente da CPI, que assim seja encaminhado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, esse tipo de assunto tem que ser tratado com o presidente da Casa. Nós não estamos desviando o foco...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, estou deixando registrado aqui.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Feito o registro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** -Posso concluir?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** -Aliás, além de estar ontem no entorno do gabinete, passava no corredor - o gabinete da deputada Marcia Lia é no mesmo corredor do meu - vinha para o plenário. Para espanto, também vejo um PM em frente ao corredor do gabinete da deputada Marcia Lia. Achei aquilo um absurdo, literalmente um absurdo.

Espero que a PM, sob seu comandante, sob ordem do presidente, não esteja fazendo isso no entorno dos gabinetes dos deputados do PT. Seria uma afronta. E mesmo se não for no entorno do gabinete do PT, que além disso, estava acompanhando os estudantes, como se bandidos fossem. Aliás, há uma grande distorção, porque estudantes estão protestando País afora, e estão levando porrada, enquanto outras pessoas, que mereciam, Delegado Olim, talvez o rigor da lei, não estão tendo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Feito o registro, deputado, só dizer que em volta também do meu gabinete estava, e eu não me senti, em nenhum momento, ofendido. Aliás, agradeço muito à PM pelo serviço que tem prestado aqui na Casa. Faço questão de cumprimentá-los pela forma como têm atuado aqui, pelo menos com relação a esta Presidência, sempre sendo muito prestativos e tentando auxiliar da melhor forma possível.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sr. Presidente, na verdade, nós não temos absolutamente nada contra a PM, que está aqui para cumprir um papel, para cumprir o seu trabalho. O que nos está deixando chocados é que não há necessidade da Tropa de Choque dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo, que, aliás, é a Casa do povo. E como a Casa do povo, a Assembleia tem que receber o povo.

Então, eu não sabia, deputado Alencar, não vi o policial cercando meu gabinete, mas vou verificar com meus funcionários, com o meu pessoal lá, para ver o que foi que aconteceu. Porque se isso de fato aconteceu, quero entender, e vou solicitar informações à Presidência da Casa, por que havia um policial na porta do meu gabinete.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sr. Presidente, vamos começar, porque já vai dar nove horas e 20 minutos.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Vossa Excelência que criou tudo isso, Delegado Olim.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Muito obrigado, deputada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos à Ordem do Dia.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, mais uma informação. Temos aqui cinco pessoas a serem ouvidas, e não é possível prever, mais ou menos, quando vai terminar esta reunião. De qualquer forma, eu estava observando a pauta que eu recebi ontem, e é muito extensa. São muitos itens para serem votados.

Vou ter que, parcialmente, me ausentar, deve vir o suplente, não sei a que horas volto, mas eu gostaria de solicitar, com a permissão dos Srs. Deputados, que eu acho que é mais prudente nós invertermos os requerimentos, apreciarmos, desde já, todos os requerimentos, para depois fazermos as oitivas.

Faço portanto a solicitação de inversão da pauta, para que todos os requerimentos sejam apreciados neste momento, antes das oitivas.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Esta Presidência registra a presença do nobre deputado Chico Sardelli e do nobre deputado José Zico Prado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, a CPI está em seu mês final, e nós mantivemos um certo procedimento de trabalho, indagamos isso a V. Exa., inclusive, no começo, numa das primeiras reuniões.

Acho que não seria oportuno nós alterarmos a ordem de votação da pauta, no sentido de os requerimentos serem o primeiro item. A ponderação do deputado Caruso é que são vários depoentes. Mas a informação que temos é que nem todos estão aí. Parece que há somente dois. Então, acho que dos cinco, não teremos a presença de três.

Acho prudente fazermos os requerimentos depois, para não ficarmos, pelo menos entre nós, alterando procedimento, para que não deem qualquer outra interpretação. É o desejo de que se quer encerrar, querer ser mais rápido, não querer ser mais rápido. Acho que para o bom trabalho nosso e a boa relação, acho que não seria prudente.

Peço a V. Exa. nesse sentido, e queria também dialogar com o deputado Caruso, com a mesma intenção.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Cabe a este presidente, se for feito o requerimento, colocá-lo em votação. Quero saber se o deputado mantém o requerimento, ou não.



**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Boa relação, em função da ordem de votar um ou outro? Confesso que não consigo entender.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado, nós mantivemos, durante quatro meses, ...

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Mas eu já fiz isso numa reunião, e foi aprovado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas ali já tinham transcorrido três depoimentos.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Isso é verdade.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Era mais ou menos uma e meia ou duas horas da tarde. Alguns vários deputados não tinham sequer se alimentado, o público também estava exausto.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Havia ocorrido um depoimento, que se estendeu bastante...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E havia outros. E para evitar isso, foi feito. Eu acho, deputado Caruso, nós mudarmos a regra pactuada entre nós seria ruim, até porque temos vários requerimentos. Dos cinco depoimentos, somente dois estão presentes. Acho que sua intenção, já que os três depoentes faltaram, de uma certa maneira, nós não vamos estender o trabalho de hoje, ao que se apresenta, pelas pessoas que estão presentes, a Vanessa e a outra, não sei dizer exatamente quem é, mas, enfim, me falaram que é a Vanessa. Foi a pessoa que veio, e inclusive acabou não depondo naquele dia, que depois se esvaziou a reunião.

Peço a V. Exa., se puder retirar, vamos votar depois, deputado. Nós não vamos perder, não vamos estender o dia de hoje. Acho que é importante para nós mantermos o procedimento entre nós, não gerar relação de desconfiança.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sr. Presidente, vamos pôr em votação. Melhor, não? Assim nós já resolvemos o assunto.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se o requerimento for mantido, esta Presidência tem que colocar.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Coloque em votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Em votação o requerimento do nobre deputado Jorge Caruso.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sr. Presidente, há um deputado, o deputado Rillo, que acabou de pedir que nós aguardemos, porque ele quer fazer a defesa dos requerimentos dele. Ele está chegando. Dentro de cinco minutos ele estará aqui.

Gostaria de solicitar ao nobre deputado Caruso que refizesse esse requerimento daqui a um tempo, para que as pessoas que têm requerimento, e que vão querer defender seus requerimentos, estejam presentes. Pelo menos isso, como sempre foi a ordem, de que os requerimentos são apreciados ao final. A pessoa vai ser prejudicada porque está mudando uma regra que está pré-estabelecida. E nós respeitamos todas as vezes em que as regras foram combinadas, e as regras foram cumpridas.

Não acho justo com as pessoas que estão ausentes, que têm requerimentos para serem discutidos e votados, que não participem dessa discussão.

Portanto, solicito ao caro colega Caruso que, por favor, refaça esse requerimento daqui a uns 10 ou 15 minutos, para podermos aguardar a chegada das pessoas que não sabiam que haveria inversão da pauta.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Sr. Presidente, este deputado também pede inversão da pauta, por gentileza.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, é possível suspender a reunião, por dois minutos?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É possível, se houver acordo entre todos.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Se houver acordo entre todos, sim. Se não houver acordo, não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se não houver acordo, não. Os Srs. Deputados concordam com a suspensão por dois minutos?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Tem que colocar em votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Em votação o requerimento do nobre deputado Jorge Caruso, solicitando a inversão da ordem, para que os requerimentos sejam votados primeiro.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, ontem, nos corredores da Casa, diversas pessoas, inclusive colegas deputados, disseram que “amanhã termina a CPI, é o último dia”. Depois de amanhã, não haverá mais nada.

Eu espero que essa não seja uma manobra da base do governo, que tem oito membros efetivos, dentre nove, para nós encerrarmos os trabalhos. Continuar a investigação é fundamental para chegarmos à verdade.

Estranhamos a pauta, quando foi publicada. Temos aqui todos os requerimentos, requerimentos importantíssimos, alguns cobramos inclusive em reunião, para que entrassem na pauta, já que não estavam entrando, como do Sr. Leonel Julio, que há tempo foi apresentado. Outros requerimentos, protocolizados depois, entraram em pauta, e este aqui, não.

Muito me estranhou. Assim como acareações. Hoje, além de ver a pauta completa, fico feliz se o desejo for pela aprovação de todos os requerimentos, como mais uma acareação entre o Sr. José Merivaldo e o Sr. Marcel, ou o Sr. Marcel e o Sr. “Licá”, ou a reconvocação do Marcel.

Mas também me estranham requerimentos de desconvocação, deputado Zico. Vossa Excelência, um deputado experiente, que nos lidera nessa bancada, temos aqui

peças também convocadas posteriormente. Há o ex-secretário, professor Herman, e os fatos aconteceram na sua secretaria, sob sua gestão, já convocado por esta CPI, previsto no plano de trabalho do deputado Estevam.

E agora, olha a surpresa. Vamos desconvocar. Será que aquilo que o corredor da Assembleia Legislativa falava ontem, que alguns comentavam, era verdade, deputado Zico, deputado Turco?

O desejo da base de governo. “Vamos encerrar”. Será que essa tentativa de mudança de pauta é para liquidar todos os requerimentos, senhores estudantes, para que nós não tenhamos mais nada para aprovar depois. Depois, a pessoa que fizer a oitiva... Tanto faz, tanto fez, para alguns, o que elas vão falar. Parece que não têm muito interesse em indagações que porventura possam ser feitas.

Então, nós queremos denunciar isso aqui, essa tentativa de acabar com a CPI nesta data. Já começa com a inversão da pauta para acelerar a votação dos requerimentos, requerimentos importantes, para que depois nós façamos a oitiva, sem qualquer interesse por parte de alguns.

Nesse sentido, nós votaremos contra, porque queremos manter o ritmo anterior, e achamos que devemos primeiramente ouvir as pessoas, até para ver, de repente, do que elas falam. Elas podem dar alguma informação importante que justifique a aprovação ou não de determinado requerimento.

Então, Sr. Presidente, nós votamos “não”, e tenho certeza de que esse não é um desejo só meu, mas de todos os colegas aqui da bancada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra para discutir a nobre deputada Beth Sahnão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu concordo com as palavras do deputado Alencar. Eu venho acompanhando esta CPI em praticamente todas suas sessões. Fico indignada. Como as pessoas podem assumir um compromisso, deputado Alencar, assumir e dar suas palavras, inclusive colocando, como V. Exa. disse, no roteiro de pessoas que seriam chamadas para vir aqui trazer os seus depoimentos, fazer as oitivas necessárias, até para o amplo esclarecimento da CPI?

Agora, deputado Zico, nós vemos que há um interesse por parte da base do governo em abortar essas pessoas que já estavam predestinadas a estarem aqui nesta CPI.

Eu pergunto às senhoras e aos senhores: qual é o interesse disso? Por que tem que ser feito isso? Como é que pode, se tudo que aconteceu, aconteceu boa parte dentro, no interior da Secretaria da Educação? O secretário não virá aqui para dizer pelo menos se ele acompanhou, se ele deixou de ver, se ele viu, se ele sabe, se ele não sabe de nada, se ele nunca soube de nada.

Afinal de contas, todas as atitudes, tudo o que ocorre no interior da Secretaria da Educação é de responsabilidade de seu secretário. Então, ele tem a obrigação de vir até esta Casa, até esta CPI, para trazer as suas explicações. É o mínimo que se pode exigir.

Por isso eu fico perplexa. Inclusive pelo fato de não se poder trazer, pela segunda vez, pessoas que estiveram aqui nesta CPI e que não abriram a boca, que é o caso do Sr. Marcel, que é o primeiro requerimento que está aqui nesta pauta.

Quando ele veio aqui, deputado Luiz Turco, ele não abriu a boca, porque estava protegido por um habeas corpus que lhe conferia esse direito constitucional. Agora, nós temos o direito de trazê-lo mais uma vez. Afinal de contas, por tudo que nós ouvimos aqui, por tudo que nós levantamos aqui, ele é peça chave para esses esclarecimentos.

Bem como o seu pai. Porque nós não sabemos se ele agiu sozinho ou se ele agiu sob orientação do seu pai, experiente ex-deputado desta Casa. Alguém pode afirmar que o pai do Sr. Marcel, o Sr. Leonel Júlio, não tinha qualquer interferência nesse processo?

Ninguém pode fazê-lo. A não ser que ele venha aqui e esclareça isso para nós. E que nós, pela nossa percepção... Inclusive, o próprio deputado Barros Munhoz também é muito perspicaz nesse sentido. Muita gente que vem fazer aqui suas oitivas... Ele chega à conclusão, igualmente como nós, de que as pessoas estão mentindo, que elas estão faltando com a verdade.

Tanto corrobora isso que eu estou dizendo, que a Sra. Marilena foi a única que nós recebemos aqui e todos foram unânimes em dizer da sua sinceridade e de sua franqueza. Porque todos os demais mentiram aqui nesta CPI.

Quem não mentiu se calou. Esses que se calaram, nós queremos ter a oportunidade de trazê-los novamente aqui. É um direito que nós temos. Não só nós, como deputados, que devemos ser respeitados naquilo que foi acordado anteriormente, naquilo que foi tratado anteriormente.

Que raio é isso? Nós falamos uma coisa, concordamos, chegamos a um acordo, e depois esse acordo é rompido. Que Casa é esta? O que tem que valer são os acordos que são feitos, muito mais na palavra do que no papel. Nós não estamos vendo isso ser concretizado, infelizmente, aqui nesta CPI.

Essa suspeita do deputado Alencar eu também ontem... Inclusive ouvi coisas que não gostaria de ter ouvido aqui nos corredores desta Casa, para que fosse apressado o término desta CPI. Se depender de nós, nós queremos o esclarecimento até o último instante.

Até o último instante, porque foi acordado que esta CPI funcionaria até o dia 16 de dezembro. Eu estava na reunião, e espero que isso... Que os senhores deputados tenham a dignidade de fazer cumprir isso que foi estabelecido aqui, Sr. Presidente. É o mínimo que se espera de quem é representante da população paulista, população esta que está aguardando com muita ansiedade o desfecho e o resultado desta CPI. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor, senhoras e senhores. Vossas Senhorias podem acompanhar, mas em silêncio.

Quero corrigir uma informação, o requerimento estende até o dia 13 de dezembro, e não dia 16.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, dia 13 era um domingo, dia 14 foi feriado aqui na Casa, se estendeu, dia 15 foi feriado da República, portanto, começa a contar dia 16.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, não começa a contar, deputado, porque foi aprovado o requerimento de prorrogação de 30 dias a partir do dia em que terminava a CPI. Se prorroga por 30 dias...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, a CPI não ia terminar no dia 13. Dia 13 era um domingo. A conta é a partir do dia útil seguinte.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É dia 13.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Isso é princípio basilar do direito.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, eu não vou discutir com Vossa Excelência. Só estou fazendo o registro daquilo que a assessoria da Casa já informou.

Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A assessoria tem mais peso do que a palavra de um deputado?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É absoluta, é a palavra absoluta.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não é uma questão de peso de palavra, deputada, é uma questão de Regimento.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Qual é o artigo do Regimento? Eu gostaria que a assessoria me informasse.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Em momento oportuno.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, eu já participei aqui de várias CPIs nesses 25 anos de Assembleia Legislativa. Eu nunca vi nós terminarmos uma CPI na Casa e não ouvir o secretário da referida pasta que está envolvida na questão da CPI. Nunca.

Eu quero perguntar para qualquer um dos deputados, que estão aqui e que têm o mesmo tempo de Casa que eu tenho, se já houve uma CPI aqui na Assembleia Legislativa em que o secretário que está envolvido na pasta não vem aqui na Assembleia.

Nem que for pra dizer tudo aquilo que nós já ouvimos aqui, toda aquela montagem. Mesmo para isso, Sr. Presidente. Como nós vamos terminar a CPI?

Depois nós vamos querer, como disse o deputado Estevam Galvão... Nós sairíamos daqui com um único final da CPI. Nós iríamos fazer o mesmo relatório. Como vamos fazer um relatório se nós não ouvimos o secretário? Nem que for para ele dizer que não sabia de nada. É o mínimo a presença do secretário aqui.

Eu nunca vi isso. É a primeira vez que eu acho que... Depois falam que CPI não dá em nada. É lógico que não dá em nada. Oito contra um dá nisso. Nós precisamos... (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhoras e senhores, vou solicitar mais uma vez para que permaneçam em silêncio. Respeitem o orador que está falando.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, eu acho que, minimamente, a sociedade do estado de São Paulo, aqueles que acompanharam esta CPI durante esse tempo todo... Devem ter o mínimo de respeito com eles.

O secretário tem que vir. Como é que vamos votar? Esse, o atual. Alguém tem que vir explicar o que acontecia na Secretaria. Nós ouvimos toda a periferia dos envolvidos, e na hora de ouvir o secretário... Ele que é o desfecho de tudo isso. Ou nós estamos aqui brincando de fazer CPI? Ou fizemos uma CPI para inglês ver?

Nós temos que terminar um relatório aqui dizendo o que o secretário sabia e não sabia. Eu nunca vi isso em CPI nenhuma que eu já vi feita no Brasil.

Eu gostaria que um dos deputados que defende essa tese explicasse para mim porque um secretário não precisa vir aqui. Eu gostaria de ouvir, e que a opinião pública soubesse o porquê de ele não precisar vir. Nem que seja para fazer o teatro que foi feito aqui tantas vezes.

Eu estou falando isso enquanto deputado que acompanhou essa CPI. Talvez não tão assiduamente como outros tantos, mas minimamente. O secretário de Educação, Sr. Herman, tem que vir aqui explicar o que aconteceu ali do lado da sala dele.

Uma das que veio aqui, a Marilena, foi muito transparente. Acho que foi a única com quem não combinaram tudo. Ela deixou claro aqui, ficou claro o depoimento da Marilena. Se todos tivessem feito o que a Marilena fez, a CPI já teria terminado, se é o prazo com o qual eles querem terminar, se o jogo que está por trás é para acabar logo com isso.

Se é para acabar logo com isso, que pelo menos nós ouvíssemos aqui o secretário, ouvíssemos aqui as pessoas que têm o que dizer para nós. O secretário tem que dizer: “Olha, está errado isso, eu não sabia disso”, porque nós temos perguntas.



Sr. Presidente, é um absurdo nós terminarmos esta CPI sem ouvirmos o secretário. Eu quero deixar este registro na Casa. Nós não podemos terminar esta CPI sem ouvirmos o secretário da pasta que está envolvida diretamente nessa questão da CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sr. Presidente, peço a palavra apara discutir o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental, tem a palavra por cinco minutos, para discutir o requerimento, a nobre deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um retrospecto histórico.

**O SR. - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sr. Presidente, nós estamos em processo de votação ou processo de discussão?

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Discussão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Processo de discussão.

**O SR. - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - É só isso que eu quero saber. Não precisa ficar nervosa, deputada Marcia Lia. Eu só quero saber isso.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Discussão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Nós estamos em processo de discussão. Só lembrando que o Regimento da Casa determina que, em qualquer requerimento, os deputados podem se inscrever por dez minutos - quem é membro - e por cinco minutos - quem não é membro. É essa a regra que estamos respeitando.

**O SR. - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Devolvo a palavra à nobre deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Muito obrigada. Eu gostaria de fazer um retrospecto histórico do que nós temos vivenciado nesta CPI. Todos os deputados que estão aqui acompanharam o desenrolar dos depoimentos que foram prestados nesta CPI.

Podemos perceber da leitura dos relatórios, da leitura dos depoimentos que foram pronunciados aqui na CPI, que houve uma certa organização, uma certa combinação em relação a alguns depoimentos que foram prestados aqui.

Como já foi dito, a Sra. Marilena foi a única pessoa que, de fato, esclareceu informações que esta CPI precisava ter. Nós estamos aqui como representantes da sociedade. Nós estamos aqui como deputados eleitos pelo povo paulista, que quer saber o que está acontecendo com a merenda no estado de São Paulo.

Infelizmente, Sr. Presidente, nós ainda vivemos situações graves de falta de merenda, de merenda mal colocada nas escolas. Se nós atentarmos para um relatório que eu recebi do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas aponta - está aqui na minha pasta, vou procurar e em outra oportunidade eu me manifesto sobre isso - que no ano de 2015 foram descartadas muitas toneladas de merenda no estado de São Paulo.

Isso é muito grave. Então, nós precisamos conversar com as pessoas que, de fato, têm capacidade para esclarecer o que está acontecendo com a merenda no estado de São Paulo.

É inaceitável que nós tenhamos colocações como, por exemplo, os itens - eu estou perplexa - da pauta de hoje, dos requerimentos de n<sup>os</sup> 38, 39, 40, 41 e por aí vai, onde o Sr. Deputado dispensa a oitiva de pessoas que seriam fundamentais para esta CPI estar ouvindo.

Inclusive, há requerimentos do deputado Estevam Galvão solicitando que informações suplementares sejam disponibilizadas para esta CPI. Informações que poderiam clarear, porque foram depoimentos que foram prestados perante o Tribunal de Contas, perante a Corregedoria.

Enfim, é inadmissível nós imaginarmos que esta CPI vai acabar hoje sem que tenhamos ouvido as pessoas que são fundamentais para que tenhamos um esclarecimento, de fato, do que foi que aconteceu, de todos os problemas e de toda a corrupção que aconteceu dentro da Secretaria de Estado.

Nós pudemos evidenciar em alguns depoimentos aqui... O deputado Barros Munhoz fez coro conosco em algumas das colocações que nós fizemos, de que muitas vezes nós nos sentíamos verdadeiros palhaços, porque os depoimentos eram todos combinados.

As pessoas diziam uma coisa, e a Sra. Marilena veio aqui e desmontou vários dos depoimentos de pessoas que a antecederam. Então, acho que esta CPI não pode abrir mão da continuidade e de ouvir as pessoas que estão colocadas nesses requerimentos, que são quase 50 requerimentos que terão que ser votados hoje.

Portanto, é importante que a CPI tome todos os depoimentos, o depoimento do Sr. Herman, o depoimento do atual secretário, Dr. Nalini. Não foi no período dele, mas com certeza ele poderá nos esclarecer as providências que ele está tomando. Ele disse que viria. Os assessores dele, que estão sempre presentes, disseram que ele viria.

Para concluir, eu gostaria de solicitar que nós pudéssemos, em respeito à população paulista, dar continuidade aos nossos trabalhos nesta CPI. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado Barros Munhoz...

Senhores, eu vou solicitar à polícia que comece retirar, por favor. Esse tipo de ofensa nós não vamos permitir. Eu solicito que retire as pessoas que estão fazendo esse tipo de ofensa. Quem chamar qualquer um aqui de “ladrão” vai ser retirado, por favor.

Qualquer palavra que fizer referência ofensiva a qualquer deputado, eu solicito que retirem do plenário, por favor.

Se manifestar mais uma vez, vou pedir a retirada. Retirem o rapaz aí da frente, por favor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, ele está fazendo uma pergunta. Ele não fez nenhuma ofensa. (Manifestação dos presentes.)

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - É ditadura? (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Isso é pergunta?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, ele fez uma pergunta. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Isso é pergunta? É o último aviso. Qualquer palavra ofensiva aqui e eu vou pedir a retirada. E volto a avisar os deputados que não estavam aqui no início da sessão: se alguém for retirado e algum deputado, como na reunião passada, colocar para fora, eu vou representar na Comissão de Ética da casa, que fique muito claro.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Ameaça agora, deputado?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não é ameaça, é informação.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Deputado, se V. Exa. fizer isso, nós retiramos todos daqui agora.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Exatamente. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - À vontade, deputado. Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores que nos prestigiam com suas presenças, eu gostaria de dizer o seguinte: nós, obviamente, não pretendemos que esta comissão não termine hoje porque é impossível. A comissão termina, como todo mundo sabe, com a aprovação de um relatório final, e não precisa ser necessariamente ser um. Porque às vezes tem relatório com voto em separado, tem apresentação de mais de um relatório. O fato concreto é que ela não vai terminar no dia 13, como deve terminar se continuar andando como está andando. É obviamente evidente, é ululantemente evidente isso. Basta ler a relação dos requerimentos, dos ofícios.

Eu até - coerentemente, troquei uma rapidíssima ideia com o deputado João Paulo Rillo - até me disponho, deputado Jorge Caruso, acho um absurdo convocar o secretário Herman. Imaginem, ao contrário do que disse o querido deputado José Zico Prado, não

é que todas as CPIs da história convocaram o secretário ou o ministro correspondente da pasta. É que nenhuma convocou. Evoco o exemplo de Brasília. Pelo amor de Deus, lá nenhuma convocou o ministro da pasta para discutir Petrobras, para discutir tantas CPIs que foram abertas e que deram em nada.

O que eu quero dizer é o seguinte: tudo bem, só tem uma solução. É fazermos uma reunião entre nós e ver se buscamos um entendimento para ouvir uma, duas ou três pessoas, que é o máximo que vai poder ser feito. Nós temos três reuniões fora esta, pelo calendário. São três reuniões. Como é que nós vamos discutir tudo isso que está aqui? Isso aqui vai levar um ano e meio para ser discutido. Realisticamente, minha gente, quem for honesto consigo mesmo tem que reconhecer que essa pauta aqui vai um ano e meio de trabalho. Nós não discutimos tudo isso nos quatro meses que a CPI está funcionando. Agora, o que nós não podemos é ficar nessa lenga-lenga que não vai a nada.

Ouvi o Leonel Julio. Olha, com todo o respeito, é quem não conhece, quem não sabe da situação Sr. Leonel Julio. O Sr. Leonel Julio, com todo o respeito, ele está gaga faz uns dez anos. Ele foi presidente da Assembleia Legislativa em 1912, ou mil novecentos e nada. Foi cassado no episódio da calcinha. O que tem a acrescentar esse moço? A única coisa que ele fez mais uma infelicidade na vida, que foi ter tido um filho como o Marcel. Mais nada. O que pode acrescentar? Quer dizer, nós estamos aqui em diálogos enfadonhos. Eu tenho perfeitamente definido... E, olha, quem vai dizer que vai terminar em pizza eu só queria lembrar que esta CPI, aqui, já apurou mais do que a Polícia Civil de São Paulo.

Desculpe, Delegado Olim, mas eu sei que o senhor partilha dessa opinião porque o senhor defende a Polícia Civil, não defende os erros da Polícia Civil. A Polícia Civil se omitiu, prevaricou. E eu repito aqui o que eu disse. Mais do que o Ministério Público de São Paulo que também prevaricou, mais do que a Comissão de Sindicância do Governo do Estado, que a meu ver também prevaricou, mais do que o Judiciário, que também não resolveu nada até agora, e mais do que a Polícia Federal também, da qual me orgulho agora atualmente, por tudo que tem feito... É, realmente não são todos que podem se orgulhar da Polícia Federal atualmente. Mas eu queria dizer que também não fez nada. Quando foram os autos para a Polícia Federal, Sr. Presidente?

Nós não podemos é ficar aqui fazendo esse joguinho de cena, essa coisinha aqui que eu não sei exatamente o que visa, porque o seu objetivo maior já terminou em 2 de outubro. Eu não sei a que visa isso. Eu tenho perfeitamente delineado, e acredito que

aqui todo mundo tem, os responsáveis por isso. Só tem uma grande dúvida. Só, mais nem uma.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vossa Excelência me concede aparte? Só falar os nomes como falou das instituições, dos responsáveis.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, eu já falei na imprensa. Eu falei para quem quisesse ouvir. Não, V. Exa. sabe mais do que eu. Vossa Excelência sabe. Eu não preciso nem repetir. Vossa Excelência participou de todas as audiências.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu não sei qual a sua interpretação.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Vossa Excelência sabe todos que são responsabilizados. Não podemos fazer o que os senhores não estão conseguindo fazer. Os senhores querem responsabilizar por um episódio ínfimo, que nem é da merenda coisa alguma, é de suco de laranja, de uma entidade inexistente, uma ganguezinha mixuruca que foi mantida...

Vocês querem dizer que é a merenda que está sendo... Que merenda, que barbaridade! Isso é uma ofensa aos cidadãos pensantes de São Paulo. Isso é uma coisa que até a própria Imprensa já percebeu. A minha sugestão é essa: ou nós fazemos um enxugamento brutal disso, ou nós vamos continuar fazendo de conta aqui. Eu realmente não me disponho a continuar a fazer de conta, porque o que tinha que ser apurado já foi. O último depoimento aqui foi talvez o único que valeu da Secretaria da Educação, que foi o da professora Marilena. O resto da Coaf não se aproveita nenhum, nenhum. Aliás, nem pode aproveitar porque é uma entidade fantasma, é uma entidade inexistente. Não é cooperativa sequer.

Eu acho que nós temos que caminhar para o fim e apontar sim. Nós já temos os nomes de pessoas que cometeram crime. Agora, é nossa competência prender esse pessoal? É nossa competência fazer alguma coisa? Não, nós temos que ser honestos e sinceros. A nossa competência é mandar isso para o Ministério Público. Isso está dito na Constituição, está dito no Regimento da Assembleia Legislativa. Então, não vamos mentir mais, não vamos enganar mais. A verdade é essa: caminhou, apuramos. Agora, para votar e concluir até o dia 13, eu quero concluir a CPI, nós temos que caminhar para

o final, porque senão não vai terminar nem em 30 de dezembro de 2059. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo por cinco minutos.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro eu quero concordar com a avaliação temporal do deputado Barros Munhoz em relação à CPI. A não ser que V. Exa. queira de maneira desrespeitosa ao Regimento concluir a CPI à fórceps. Se for respeitar os instrumentos, todos instrumentos que ele oferece, de fato a CPI vai demorar um tempo muito longo para sua conclusão, porque nós podemos pedir vista de todos os requerimentos, cada deputado pede uma vez, e vai trocando. Ele sabe o que pode acontecer. Vamos discutir um por um dos requerimentos. Tudo isso tem um prazo, mas você pode terminar um relatório manco, um relatório sem conclusão, que eu acho que ninguém deseja isso. Seria uma desmoralização generalizada para todo mundo que compõe e acompanha a CPI.

Sr. Presidente, acho que nesse formato de discussão, esse formato aqui é para discutir os requerimentos, votar rapidamente e ouvir testemunha, entre outras coisas. Esse formato não é adequado para discutirmos um desfecho, discutir politicamente algumas diretrizes que apontem para o final da CPI. Talvez fosse adequado de fato, ou suspender agora, ou criar um roteiro para hoje e uma reunião para que se possa discutir.

Eu não sei, deputado Barros Munhoz, são apenas três, talvez seja um pouco mais. Mas acho que valeria mais a pena ao invés de convocar mais 20 pessoas, mais 15 pessoas, nós, de comum acordo, focarmos naquelas que têm algo a dizer. Honestamente, avaliar onde de fato nós avançamos e onde de fato não avançaremos para que possamos ter um desfecho. Acho razoável, não sei se foi isso que o deputado Barros Munhoz propôs, exatamente isso, mas acho razoável uma tentativa como essa. Do contrário, nós oferecemos resistência como deputados, como militantes, como estudantes, como professores. Nós vamos oferecer resistência que é o que cabe à oposição que discorda do encaminhamento. Então, fica a minha sugestão.

Em relação à Polícia Federal, deputado Barros Munhoz, é com muito respeito, de fato, não são todos que comemoram a Polícia Federal. A Polícia Federal não é homogênea. Existem policiais federais e policiais federais.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu abomino certas atitudes de certos membros da Polícia Federal também.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Eu quero dar um rápido exemplo aqui. Tem gente que de fato comemora a Polícia Federal. Um deles é o deputado Bruno Covas, hoje secretário. Em 2014, final de 2014, um assessor dele, contrabandeado na Secretaria de Meio Ambiente foi pego em Congonhas com 100 mil reais, com 16 cheques da campanha dele e recibos. Até hoje não tem um desfecho pela Polícia Federal, deputado Barros Munhoz. Portanto, de fato ele deve comemorar muito. Ele deve mandar vinhos ao final do ano, em cestas para alguns da Polícia Federal. O assessor dele alegou sabe o quê? Que ele tinha 100 mil reais para comprar um carro. Ele pegou um avião, juntou o dinheiro e veio. O dinheiro não estava no banco, deputada Beth Sáhão. Fico imaginando quantos porquinhos não tinham naquela casa com moedas que ele deve juntar desde que ele era criança, juntou 100 mil reais, pegaram...

Se vocês forem comprar um carro hoje vocês pegam um avião com 100 mil reais e vão comprar um carro em São Paulo? E até hoje ele não provou a origem do dinheiro. É obvio que qualquer policial com o mínimo de vontade já teria procedido de que maneira? Incriminado por caixa dois, no mínimo, o assessor e o candidato a deputado. Então, infelizmente a seletividade é generalizada, viu, deputado Barros Munhoz. E de fato, V. Exa. tem razão, o PT tem sido premiado com essa seletividade. A Polícia Federal tem preferido investigar o PT. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Encerrada a discussão. Eu só queria ponderar a colocação dos dois deputados, tanto do deputado Barros Munhoz quanto do deputado João Paulo Rillo.

Eu concordo com V. Exas. que, inclusive, esse foi o objetivo desta Presidência de colocar todos os requerimentos hoje, porque se fosse usar todos os instrumentos regimentais V. Exas. sabem que não se acaba nem hoje e nem no dia 13 de dezembro, porque é possível se fazer inúmeras manobras. Esta Presidência entende que V. Exas. têm razão e que seria preciso o entendimento para tentar minimamente acordar o andamento dessa CPI que leve a uma conclusão respeitando o direito de posições contrárias de cada deputado e cada deputada.



Eu acho que o deputado Barros Munhoz e o deputado João Paulo Rillo estão cobertos de razão. Portanto, eu proporia que suspendêssemos um pouco a reunião e pudêssemos de uma forma informal...

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, é exatamente mais ou menos nessa linha que V. Exa. está colocando que eu queria fazer algumas ponderações. Eu ouvi atentamente as colocações do Alencar Santana Braga, como ouvi atentamente as colocações do deputado Barros Munhoz e ouvi agora por último o deputado João Paulo Rillo, também bastante coerente fazendo as suas colocações e ouvi também o deputado José Zico Prado insistindo de forma veemente, querendo a presença do secretário.

Eu sinceramente não vejo tanta razão, eu não vejo o que é que um ex-secretário tem ou teria a dizer numa CPI com o objetivo claro que é o de apurar prejuízo ao Erário, enriquecimento ilícito, exceto uma vez que os funcionários, principalmente os diretores, aqueles que participaram das licitações, das chamadas públicas, já vieram e já foram ouvidos.

Eu ouvi atentamente e digo: foi aprovado aqui um requerimento de prorrogação por 30 dias. Se nós aprovarmos esses requerimentos que constam da pauta hoje, como disse o deputado Barros Munhoz, mas nem em um ano, nem em dois anos nós vamos concluir. É importante sim. Esta CPI, nós a instalamos com um objetivo claro, Sr. Presidente, e V. Exa. tem conduzido bem e os membros também. A ideia nossa é, com certeza, a busca da verdade.

Eu concordo plenamente que se suspenda por cinco minutos esta reunião para que se encontre um caminho para nós, se for o caso, aprovarmos ainda a convocação de três ou dois, ou no máximo mais quatro pessoas a serem ouvidas. Aí sim, eu tenho certeza que nós vamos chegar ao final com uma conclusão que possamos dar uma resposta à população, às autoridades, enfim, a toda a sociedade civil.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Esta Presidência consulta os Srs. Deputados se há acordo para suspendermos os trabalhos desta reunião por alguns minutos para que possamos fazer essa conversa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Primeiro quero agradecer à sensibilidade de V. Exa. de ter mudado de opinião, porque a deputada Beth Sahlão já

tinha sugerido a suspensão dos trabalhos. Esperamos que os demais assim também mudem de opinião.

Sobre a proposta de acordo nós somos minoria. Então, vocês que apresentem.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, a proposta é suspender os trabalhos para fazer uma conversa aqui do lado. É isso. Podemos fazer? Todos de acordo? Então, suspendemos essa reunião pelo tempo necessário para essa conversa.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, espere um pouco. Precisa ver se o deputado Alencar Santana Braga está de acordo em querer conversar e tentar um consenso.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Olha a primeira proposta de...

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Não, a proposta é uma suspensão por cinco minutos para ver se chegamos a um consenso informalmente. Se não chegar não tem problema. Nós voltamos aqui e votamos a inversão e tocamos a vida. É isso.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A deputada Beth Sahão havia feito essa proposta de suspensão para tentarmos convencê-los da importância de não alterar a pauta. O deputado João Paulo Rillo fez uma conversa para que nós cheguemos num acordo em alguns requerimentos, e assim os deputados Barros Munhoz e Estevam Galvão também ponderaram. Vamos aceitar essa proposta, mas esperamos que a base do governo respeite a Minoria. Porque qualquer tentativa...

(Vozes sobrepostas.)

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Desculpe, Alencar Santana Braga, só vou pedir uma gentileza, você olha para mim e fala a base do governo. Com todo o respeito eu não sei se me sinto ofendido ou lisonjeado, porque todo mundo sabe aqui na Casa que o PMDB não é base do governo Geraldo Alckmin. Então, só peço essa gentileza de

que quando V. Exa. falar base do governo olhe para os demais deputados, não para mim.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, consenso é consenso...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Posso manifestar?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor, deputado, conclua.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deixando expreso: nós vamos aceitar isso, com a ponderação do deputado João Paulo Rillo e demais deputados, mas quem tem que fazer a proposta de acordo sobre a pauta de requerimentos respeitando a Minoria não somos nós.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está suspensa a reunião.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Marcos Zerbini.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores e senhoras, reaberta a nossa reunião. Infelizmente não foi possível chegar a um acordo, então continuamos.

Encerrada a discussão do requerimento, a votos o requerimento do nobre deputado Jorge Caruso, para inversão da oitiva pelos requerimentos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Em votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Passemos à votação nominal. Como vota o nobre deputado Alencar Santana Braga?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vota “não”. Como vota o nobre deputado Coronel Camilo?

**O SR. CORONEL CAMILO - PSD** - Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vota “sim”. Como vota o nobre deputado Gilmaci Santos?

**O SR. GILMACI SANTOS - PRB** - Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vota “sim”. Como vota o nobre deputado Adilson Rossi?

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Voto “sim”. Deixe-me ir anotando. Já votaram os deputados Alencar Santana, Adilson Rossi, Gilmaci Santos e Coronel Camilo. Como vota o nobre deputado Barros Munhoz?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vota “sim”. Como vota o nobre deputado Estevam Galvão?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Favorável ao requerimento do deputado Caruso.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - -** Favorável ao requerimento do deputado Caruso. Como vota o nobre deputado Jorge Caruso?

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB -** Favorável.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Favorável. Este presidente também vota favorável ao requerimento, e portanto é invertida a ordem.

Desculpe-me, deputado Delegado Olim. Como vota o nobre deputado Delegado Olim?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Vota “sim”. Invertida a pauta, passamos à votação então dos requerimentos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Só para registrar que a deputada Beth está como substituta eventual do deputado Luiz Turco.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Só para informação de V. Exa., de todos, chegou a esta Presidência um requerimento assinado pelo Sr. Presidente da Casa: “Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 48, da 14ª Consolidação do Regimento Interno, a designação da deputada Beth Sahão como substituta eventual da CPI da Merenda para ser realizada no dia 23 de novembro de 2016.”

Cabe a este presidente deferir ou não. Este presidente defere o pedido de V. Exa., mas esclarece que ela só pode funcionar como membro eventual na ausência tanto do titular como do suplente. Enquanto isso não ocorre, não é possível fazer...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Ok.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** Ok.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Item nº 1 da pauta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT -** Vai discutir, presidente?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Em discussão o Requerimento nº 1, de autoria do nobre deputado Alencar Santana Braga, Requerimento nº 197 de 2016.

**O SR.** - Sr. Presidente, queria pedir vista...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, V. Exa. não pode pedir vista, porque o titular está presente aqui.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vamos discutir, primeiro.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deixe-me terminar de ler o item, deputado.

Requerimento nº 197 de 2016: Requer a reconvocação do Sr. Marcel Ferreira Julio para prestar esclarecimento sobre sua atuação face às fraudes reveladas na Operação Alba Branca. Em discussão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Inscrito para discutir, nobre deputado Alencar Santana. Deputada Beth Sahão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Era para eu me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com a palavra o nobre deputado Alencar Santana, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, servidores, estudantes, imprensa, o Sr. Marcel, já é de conhecimento, mas é importante reiterarmos, é um dos delatores, assim como o Sr. Chebabi. O delegado, quando esteve aqui, e o promotor também, não lembro agora qual dos dois, quando esteve aqui, disse claramente que eles atuaram aceitando a delação do Marcel, que o Marcel era o presidente da Coaf e poderia colaborar com a Justiça revelando

ações, práticas criminosas por pessoa superior a ele, na cadeia dessa quadrilha que atuou fraudando a merenda aqui no estado de São Paulo, e foi aceita a delação do Chebabi.

Dentre as pessoas que o Chebabi falou, ele falou do Marcel. Disse que o Marcel atuava como lobista junto ao Governo do Estado. Disse que o Marcel atuava como lobista junto à Assembleia Legislativa. Disse que o Marcel atuava com contatos com o mundo político, e citou operações que aconteceram aqui, entregas de valores e outras questões mais. Disse da relação do Marcel com alguns deputados e citou o presidente desta Casa, o deputado Capez.

O Marcel também teve pedido de prisão contra ele decretado, após o período que ele ficou fugido. Ele se apresentou à Justiça, após a prisão do pai, e também fez uma delação. Ele não fez uma delação perante os promotores de Bebedouro, nem perante o delegado de Bebedouro. Ele fez uma delação, deputado Turco, perante o procurador-geral. Aliás, palavras do procurador-geral, o advogado do Marcel não queria que ele delatasse.

O advogado do Marcel disse, num final de semana, perante os procuradores: “Para que você vai delatar? Não faça isso.” Ele disse: “Quero delatar porque tenho que falar, tenho como provar, e quero que isso seja passado a limpo.” Naquele momento, instantaneamente, ele destituiu o advogado dele e nomeou outra advogada. E foi feita a delação em que ele faz o primeiro depoimento.

E nesse depoimento ele entrega que ele falou com algumas pessoas, como o Moita, disse que o Moita ligou para Padula, falando do reequilíbrio. Disse que ele procurou o deputado no escritório, junto com o Sr. César, e procurou o deputado Capez, junto com o Licá. Disse depois que o Sr. Marcel ligou até ele, que o Marcel até então não estava na história, para que ele viesse ao gabinete. E disse das relações do contrato, de recibos, das propinas, de valores que iam para a campanha, enfim, deu detalhes.

Porém, o Sr. Marcel, quando veio a esta CPI, disse que não queria falar. Melhor, disse textualmente: “Eu gostaria de falar com essa CPI, de colaborar com essa CPI, mas meu advogado disse que eu não posso, porque, se eu falar agora, posso ser prejudicado devido à delação”.

Fomos ao procurador de Justiça, estava lá o Delegado Olim, estava este deputado e alguns assessores, e ele disse textualmente: “Não há qualquer prejuízo à delação se o delator fizer o depoimento na CPI”. Isso porque a CPI é um órgão constituído, um órgão oficial, um órgão com poderes constitucionais, porém não tivemos a oportunidade de o Marcel vir aqui novamente após essa ocasião.

O Sr. Marcel disse, em novo depoimento à Procuradoria de Justiça, detalhes importantes. Ele recheou o depoimento anterior. Disse, na Procuradoria Federal, no Ministério Público Federal, onde, inicialmente, só iria depor sobre os municípios. Não tinha que fazer depoimento sobre o Estado, mas disse, em mais de uma oportunidade, sobre as relações das pessoas envolvidas.

Relatou novamente os encontros na Assembleia Legislativa, relatou novamente o dinheiro que ia para a campanha, relatou novamente a questão do carro, relatou novamente os contratos, portanto, senhoras e senhores deputados, aprovarmos para que o Marcel venha aqui é fundamental.

Alguns dizem que ele não vai falar, que tem direito ao silêncio. Isso é problema dele. Aliás, ele está vindo aqui como testemunha e nós já firmamos entendimento nesta CPI de que a testemunha tem obrigação de falar. O deputado Barros, em diversos momentos, nas reuniões iniciais, assim também teve entendimento.

O presidente Zerbini assim também teve entendimento, assim como tantos outros colegas aqui também tiveram esse entendimento.

Não, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, deputado, mas V. Exa. está com a palavra.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Estou vendo que deve ter muita graça o que está acontecendo na CPI. (Manifestação nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O problema é que V. Exa. afirma coisas que não são verdadeiras. Inclusive em meu nome.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Depois V. Exa. tem a oportunidade de falar, fique à vontade.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor, termine.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Houve diversos entendimentos, sobre alguns entendimentos podemos inclusive recuperar as Atas, não tem problema nenhum.



**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Termine, conclua, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vários colegas deputados disseram que a testemunha tinha obrigação de falar, e eles estão aqui como testemunhas, não como réus.

Portanto, ele tem o direito de falar aqui. Aliás, houve polêmicas dizendo que, se as pessoas não falassem, elas poderiam ser presas, porque se não falassem o entendimento era o de que não estavam colaborando com o seu testemunho.

Então, senhoras e senhores deputados, é fundamental que aproveemos a convocação do Sr. Marcel. Se esta CPI não aprovar, estaremos cometendo um grande erro e dando uma demonstração à sociedade e à opinião pública de que não queremos levar a cabo toda a investigação necessária sobre a máfia da merenda no estado de São Paulo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com a palavra, para discutir, o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, vou ser bem rápido. Entendo que há duas posições muito claras aqui.

Uma posição defende o término da CPI com os bons resultados que ela já obteve e lamenta a impossibilidade de conseguir mais resultados. Insistir em ouvir de novo o Marcel para ouvir a mesma cena, eu, realmente, fiquei muito satisfeito em lembrar que pedi até a prisão daqueles que não quiseram depor. E sabem qual foi o resultado? Colocaram em votação meu pedido e foi oito a um. Nesses pedidos de prisão que eu fiz o resultado era oito a um, mas não era um do PT contra oito da chamada base, era oito contra o deputado Barros Munhoz.

É isso que precisa ficar bem claro, o que se quer é evitar que se vote aqui a incriminação. E a CPI colabora. Vai fazer o quê? Esse pessoal está na Justiça Federal, na Justiça do Estado de São Paulo, está no Ministério Público Estadual, está no Ministério Público Federal, nós temos que dar a nossa contribuição: “Olha, apuramos isso, isso, isso e isso”.

Não rejeitamos nenhum pedido de audiência de quem quer que fosse. O Sr. Marcel foi convocado com o nosso voto. Com os oito votos nossos, não foi com um voto do PT. O Sr. Fernando Padula foi convocado com o nosso voto, o Moita foi convocado com o nosso voto, então não há mais.

O que está se pretendendo aqui é se postergar, sem qualquer objetivo, para terminar em pizza. Tudo bem, tantas do Brasil terminam em pizza, essa vai ser mais uma. Lamentavelmente. Nós queremos terminar esta CPI com conclusões sérias, conclusões apontando responsáveis, um dos quais...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Senhores, por favor. Ou permaneçam em silêncio ou eu vou pedir a retirada.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Um dos quais deve ser incriminado por esta CPI, se deixarem esta CPI concluir, é o Sr. Marcel. O que pode acontecer é que ele não seja incriminado porque não vão deixar a CPI concluir.

Para concluir, veja bem, temos 40 e tantos requerimentos, vamos ficar aqui uma hora, uma hora e pouco discutindo cada um. Vamos até o fim do ano que vem para discutir isso, só esse item. Antes de ouvir qualquer outra pessoa.

Já ouvimos alguém dizer: “Vamos roer esse osso até o fim.” Quem falou isso sabe a quem estou me referindo. “Vamos roer esse osso até o fim.” É isso, não vou nem falar nos outros, estou falando só desse. Queremos concluir com o que é razoável, ficar chamando mais gente... Vejam a explanação do deputado Alencar: “Ele falou uma coisa não sei onde, falou outra coisa no bar da esquina, falou outra coisa no ponto de ônibus, falou outra coisa não sei onde, falou outra coisa no jogo do bicho, falou outra coisa na Polícia Federal, falou outra coisa na Justiça.” Que brincadeira é essa? Meu Deus do Céu!

Vamos apurar o que tem que ser apurado, fazer o relatório que o deputado Estevam tem autoridade moral para fazer e votar, discutir o relatório e votar a favor ou contra ao relatório. Se for o caso, votar outro relatório. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com a palavra... Mais alguém inscrito?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu estou inscrita.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem, deputada Beth Sahão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Com todo o respeito ao deputado Barros Munhoz, mas não podemos concordar com ele, até porque inúmeras votações que houve nesta CPI ficaram oito a um, mas oito a um foi o deputado Alencar votando de uma forma e os outros oito deputados que compõem esta CPI votando de uma forma completamente diferente.

Se o deputado Barros Munhoz tem tanta preocupação assim em que se investigue, quero dizer que, se queremos investigar, não podemos partir do pressuposto de que são só os peixes pequenos que vamos apontar aqui. Ninguém faz a corrupção sozinho. Ninguém corrompe, ninguém recebe propina, ninguém faz esse esquema todo da merenda sozinho. Embora V. Exas. não queiram admitir, foi um esquema gigantesco e suco de laranja faz parte da merenda, disseram aqui anteriormente como se o suco de laranja fosse um produto inserido na merenda, que não fizesse parte dela. Não, ele faz parte da merenda.

Infelizmente, não temos tempo para investigar outras compras que também foram adquiridas para a merenda e que têm a mesma preocupação e o mesmo problema, como é o caso agora, recentemente, dos pães do Sr. Joaquim, que está inclusive convocado para vir a esta CPI.

Então, não é verdadeiro isso que o deputado Barros Munhoz fala. Pelo contrário, aqui a nossa bancada, embora tenhamos apenas um membro efetivo, quer investigar com o rigor a que temos direito, enquanto CPI, para aprofundar cada vez mais essas investigações. O tempo, infelizmente, é contra nós nesta CPI, porque o tempo é curto para que possamos trazer as pessoas e tantas vezes quantas fossem necessárias.

Na medida em que há uma convocação do Sr. Marcel pelo deputado Alencar Santan, é porque há razões de que ele venha novamente aqui. Não queremos ver o Sr. Marcel sentado nessa cadeira porque achamos ele bonito, queremos ver o Sr. Marcel sentado nessa cadeira e ter a oportunidade de extrair dele as informações que consideramos ser pertinentes para compormos o raciocínio que já estamos fazendo dentro desta CPI e para concluirmos o nosso relatório.

Mas, nesse sentido, há uma necessidade da vinda dessas pessoas. Não queremos trazer essas pessoas aqui para enrolar, para ganhar tempo, como, às vezes, V. Exa. deixa transparecer, o que queremos aqui é ganhar tempo. Não queremos ganhar tempo, queremos, sim, ganhar todas as informações necessárias. Sabemos que, muitas vezes, elas acabam sendo, inclusive pela base do governo, deixadas de lado.

Vossas Excelências usam legitimamente - não podemos dizer que isso não é legítimo - de estratégias e de táticas para deixarem de trazer pessoas que sabemos que são importantes e esclarecedoras para aquilo que se quer apurar e investigar nesta CPI.

Portanto, a vinda do Sr. Marcel pela segunda vez é importante. É importante porque compõe esse cenário que queremos concluir. Sem ele vão faltar peças, como vão faltar peças importantes caso outros requerimentos dessa natureza e que estão sendo propostos aqui sejam rejeitados.

Deputado Barros Munhoz, queremos apurar verdadeiramente esta CPI, não queremos comer pizza ao final dela. Muito pelo contrário, esta CPI vinha sendo proposta há muito tempo pela bancada do PT e só foi reforçada e se transformou em realidade graças, inclusive, à pressão dos movimentos estudantis, que foram fundamentais para que isso acontecesse.

E, na medida em que isso aconteceu, não podemos fazer de conta que ela existe. Ela tem que existir em sua profundidade. Com todo o respeito ao relatório que vai ser elaborado pelo deputado Estevam Galvão, temos o direito de ter o nosso relatório, com as nossas observações, com as nossas considerações, com o que entendemos que é, sim, importante e que, certamente, posso afirmar isso aqui, não irá constar no relatório do deputado Estevam Galvão, a despeito desse relatório dele também poder trazer informações relevantes.

No entanto, elas não serão suficientes para abranger aquilo que entendemos que deva estar nesse relatório. Por isso tenho convicção de que o deputado Alencar Santana irá, sim, apresentar um relatório alternativo, um segundo relatório, e, para que ele tenha essa base necessária para escrever e compor esse relatório, é necessária, sim, a presença dessas pessoas. Estamos trazendo esses requerimentos para que eles sejam apreciados, discutidos e, quiçá, aprovados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Manifestações nas galerias.)

Senhores, por favor, o deputado está com a palavra.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, nobre deputado Zerbini, membros da comissão de estudantes, pessoal presente na sala, eu gostaria, primeiro, de fazer um registro e protestar.

Semana passada, na reunião da CPI, V. Exa., no momento em que passou a palavra para mim, pediu vista de todos os processos. Isso talvez conste no Regimento, mas não é o normal para alguém que preside uma CPI tão importante como esta.

E V. Exa. também, hoje...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Só uma correção, de todos não, só de um. Só tinha um requerimento.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Vossa Excelência, hoje, no início eu não estava aqui, mas fiquei sabendo, se referiu a um deputado e, no momento em que V. Exa., de forma histórica, pediu para os estudantes saírem daqui de dentro, o deputado foi...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, por favor, meça as palavras com que V. Exa. se refere a este presidente.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Vossa Excelência fez isso naquele dia...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A este presidente ou a qualquer pessoa. A palavra histórica não é adequada, deputado. Peço que V. Exa. retire a palavra.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Acabou de fazer o mesmo hoje quando se refere aos estudantes. Toda vez que V. Exa. se refere aos estudantes, V. Exa. tem esse comportamento. (Palmas.)

O papel de V. Exa. é presidir esta CPI dentro do Regimento, e não o de querer dar pito em ninguém aqui dentro.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O meu papel é manter a ordem, deputado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Em segundo lugar, gostaria de colocar a V. Exa. que o deputado... (Manifestação nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Silêncio, por favor.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - O deputado que foi lá falar com os estudantes na reunião passada foi este deputado, portanto, V. Exa. sinta-se à vontade se quiser encaminhá-lo à Comissão de Ética desta Casa.

Farei isso tantas vezes quantas forem necessárias e me sentirei orgulhoso de ser encaminhado para a Comissão de Ética todas as vezes que eu tiver que defender estudantes ou qualquer pessoa do movimento popular nesta Casa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Se repetir o ato, sem dúvida, será encaminhado, deputado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Isso não me amedronta e não faz com que eu retire nada do que falei. E se precisar falar, faça desde já, porque não tem problema nenhum, sei como me defender.

Em segundo lugar, percebo pelo nervosismo de V. Exa. e pela forma como os deputados da base, principalmente o deputado Barros Munhoz, a quem respeito muito, mas percebo que a cada dia começa a ter uma preocupação enorme nesta CPI. É impressionante. É uma preocupação enorme em terminar logo esse negócio aqui, porque esse negócio não vai terminar bem.

O que aconteceu na semana passada é um espelho disso. Quando esvaziaram a CPI, quando pediram vista e não deixaram falar. Por quê? Porque quando começa a mexer no calo, começa a pegar no pé, começam a aparecer as evidências claras dos envolvimento de agentes públicos, de gente do Estado na questão da CPI, começa a ter uma preocupação generalizada.

E aqui parece que está tendo uma relação, um comunicado instantâneo, que alguém está assistindo a CPI de lá de fora, acompanhando os depoimentos, os interrogatórios e vai dando as ordens aqui dentro: “Olha, é bom parar porque o negócio está avançando demais, está crescendo demais”.

E esse fato de não querer trazer de volta esse tal de Marcel que veio aqui e omitiu e mentiu tanto, e agora que as coisas começaram a ficar claras, inclusive com depoimentos dele no Ministério Público, não querer reconvocar é simplesmente querer enterrar a CPI, terminar com a CPI, porque, com todas as dificuldades, ela está avançando e estão começando a aparecer coisas que V. Exas. não esperavam que fossem aparecer.

Eu acho que esses requerimentos do deputado Alencar e de outros deputados de reconvocar estão corretos, assim como eu não vi, até agora, a CPI convocar nenhum promotor que está no caso. Não convocar, por exemplo, o Sr. Leonel Julio, pai do Marcel, que é o pai de todo esse problema da Coaf, de toda essa relação espúria da cooperativa com agentes do Governo do Estado, com a Secretaria da Educação e com o chefe da Casa Civil.

Também não vi...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Encerrado o tempo, deputado.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Pela ordem, presidente, para discutir o requerimento.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Eu também não vi, além das convocações dos peixes pequenos... Impossível ter uma CPI dessa envergadura, com tantas provas, com sumiços de documentos e não convocar o secretário da Educação para vir a esta CPI depor e prestar esclarecimentos.

Assim como o chefe da Casa Civil, que tinha uma pessoa totalmente envolvida neste assunto e que não foi convocado. Então, acho que interromper e não convocar essas pessoas é acabar com a CPI, porque a coisa está se fechando, estão aparecendo as evidências e, assim, acabar com a CPI significa enterrar esse caso, abafar, para não se apurar nada, como tantas outras coisas no estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Com a palavra a deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Obrigada, presidente.

Quero dizer para as pessoas que nos ouvem e que nos assistem pela TV Alesp, para os estudantes que estão aqui, para os deputados que estão aqui, que acabei de assistir o depoimento que o Sr. Marcel Ferreira Julio prestou na Procuradoria para o Ministério Público Estadual.

Quero dizer a vocês que é uma lavação de roupa. Ele cita nomes de deputados, ele cita nomes de funcionários desta Casa, ele diz que as coisas aconteceram, inclusive, aqui dentro. Então, não podemos fazer ouvidos moucos. Não podemos fazer de conta que vamos concluir esta CPI. A coisa é grave, não é brincadeira, o negócio é feio.

É muita gente grande envolvida nessa situação, Sr. Presidente. Como é que eu posso, depois de ouvir o que acabei de ouvir naquele computador, não consentir com a aprovação desse requerimento? Nós temos que chamar de novo o Sr. Marcel Ferreira Julio para que ele esclareça para esta Casa o que ele esclareceu na Procuradoria de Justiça. (Manifestação dos presentes.)

Nós não somos bobos. Nós, deputados, temos que saber e ouvir a verdade dos fatos para podermos encaminhar ao Ministério Público o que foi que aferimos e produzimos como resultado desta CPI. Isso é muito grave e muito sério. Que a imprensa nos ouça! É muito sério! É sério, é grave! São denúncias contundentes! Há recibos nos autos, há documentos nos autos. O que nós iremos fazer? Vamos fazer de conta e fingir que isso não está acontecendo?

Então, Sr. Presidente, nós temos que aprovar o requerimento do deputado Alencar Santana Braga para que possamos reconvocar o Sr. Marcel Ferreira Julio, para que ele não nos faça de bobos, para que ele diga, de fato, tudo aquilo que disse na Justiça. Que ele traga a cópia dos recibos.

Sr. Presidente, ele disse, inclusive, que tinha contrato com o Governo do Estado, que tinha contrato de prestação de serviços e que recebeu por isso. Iremos fazer de conta que não vamos apurar isso? Isso é muito sério e grave! Como deputados, nós temos responsabilidade com a sociedade paulista. Nós temos que dar conta desta CPI para que ela, de fato, cumpra o seu papel.

Então, quero pedir aos Srs. Deputados que não fiquemos com uma mancha nos nossos currículos e que nós aprovemos o requerimento para trazer novamente o Sr. Marcel Ferreira Julio, para que ele nos esclareça tudo aquilo que disse na Procuradoria do Estado e no Ministério Público, para que a sociedade paulista possa tomar consciência do que ocorreu de fato.

Muito obrigada. (Manifestação dos presentes.)



**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Sr. Presidente, ouvindo todos os nossos deputados, eu já me manifestei na questão do secretário Herman. Agora quero dizer qual é o papel desta CPI. Iremos apresentar um relatório que irá para o Ministério Público. Esse relatório será confrontado com aquilo que eles já têm. O Ministério Público irá rir da nossa cara. Iremos ficar desmoralizados, porque o Ministério Público irá falar que os deputados não têm capacidade de fazer investigação profunda. A CPI não pode passar por esse vexame. Ou nós aprofundamos e deixamos claro aquilo que ouvimos aqui ou...

O nosso relatório não pode ser menor do que o do Ministério Público. No mínimo, deve ser igual. É por isso que estamos fazendo essas intervenções. Queremos deixar isso público. Queremos deixar para a sociedade do estado de São Paulo e para aqueles que nos acompanham pela TV Alesp que nós não iremos aceitar que outras entidades do estado de São Paulo se passem como melhores, como se a CPI tivesse se omitido.

Sr. Presidente, é pensando nisso que temos que fazer toda essa inversão e toda essa discussão que estamos fazendo aqui. Não podemos ser menosprezados. Nós temos que ser aqueles que apresentam, no mínimo, um relatório compatível com o tamanho e a responsabilidade da Assembleia Legislativa.

Se não fizermos isso, aí, sim, é que o Ministério Público irá falar que a Assembleia não serve para nada mesmo. É o que eles já vêm fazendo. Não podemos ser rebaixados. Essa é a discussão que temos que fazer na CPI. Nós não podemos fazer um relatório que omita, minimamente, o que ouvimos.

Não estamos aqui, dizendo que queremos fazer um relatório com disputa política. Nós queremos fazer um relatório com dados, e para fazer um relatório com dados nós precisamos ouvir. Caso contrário, iremos colocar no relatório aquilo que a CPI decidiu, não convocando este, aquele ou o outro.

Não queremos que a Assembleia Legislativa passe por esse vexame. Queremos, no mínimo, que o relatório desta CPI seja compatível com aquilo que o Ministério Público e a polícia já ouviram, senão passaremos pelo ridículo. Vou repetir isso trezentas vezes. Mais do que isso, o nosso relatório não pode decepcionar o povo do estado de São Paulo nem os estudantes que ficaram aqui dentro da Assembleia

Legislativa. Esta CPI só saiu por pressão de fora para dentro. Caso contrário, ela não teria saído. (Manifestação dos presentes.)

Estamos aqui não para fazer somente disputa política, mas para engrandecer a Casa, fazendo com que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não se envergonhe diante das outras assembleias legislativas. Para fazer isso, temos que cumprir, minimamente, o nosso papel aqui. E o nosso papel é ouvir todos para que a CPI tire uma conclusão. Qual é a conclusão desta CPI? Dizer que o erro todo só é da Coaf? Que não houve ninguém envolvido? Esse será o relatório? Iremos pinçar só os pequeninhos?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Obviamente que não, deputado. Isso é uma ofensa gratuita e antecipada ao deputado Estevam Galvão. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Eu não estou fazendo nenhuma ofensa. Já ouvi do deputado Estevam Galvão, várias vezes, sobre o seu interesse em fazer um relatório amplo, mas se não ouvirmos, deputado...

É isso que estou alertando. Não estou fazendo presunções. Nós queremos fazer um relatório comum, mas para isso temos que ouvir. Tem que ficar claro para a sociedade paulista. Nós não queremos fazer disso aqui apenas uma disputa política, queremos mostrar para a sociedade que a CPI tem resultados, para que ela não seja desmoralizada. Nós não queremos isso. O que nós queremos é que esta CPI apresente para o estado de São Paulo um relatório digno e do tamanho da Assembleia Legislativa. Era isso que eu queria dizer, deputado Barros Munhoz. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sr. Presidente, nobres pares, todos que acompanham o desenrolar desta CPI da Merenda, eu fui um dos que, dentro da bancada do Partido dos Trabalhadores, trabalharam muito a lógica interna de termos uma comissão parlamentar de inquérito que pudesse, de fato, ser honrosa, fazendo uma verdadeira investigação. Da forma que se tenta nesse discurso a nível nacional, que

possamos passar a limpo o que se passava nessa situação, em especial nessa questão da merenda, que foi noticiada pela imprensa.

O Ministério Público e Polícia Civil de São Paulo noticiaram que havia um verdadeiro roubo de pão e outras comidas da boca das nossas crianças humildes no estado de São Paulo. Procurei o deputado Fernando Capez e propus a ele trabalhar para que esta CPI acontecesse. Assim, não deixaríamos que isso caísse somente nas costas do deputado Fernando Capez e da Coaf. Que possamos investigar.

Muitos deputados federais foram citados, e nenhum deles veio a esta CPI. Onde está o Sr. Duarte Nogueira, secretário de Estado, que foi citado como um dos beneficiários dos recursos do desvio da merenda? Onde está o deputado Marquezelli, dono de uma distribuidora de bebidas em Pirassununga? É o deputado que disse esses dias: “Se não tem dinheiro para estudar, não estude”.

Esse mesmo deputado - que disse que, quando o estudante pobre não tem dinheiro para estudar, ele não deveria estudar - foi citado também como beneficiário de roubo da merenda das nossas crianças em São Paulo. Ele não veio a esta CPI. O Sr. Baleia Rossi, presidente estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ex-deputado nesta Casa, deputado federal, citado como um dos ladrões da merenda das nossas crianças, também não veio a esta CPI.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, gostaria de solicitar que essa expressão “um dos ladrões da merenda” fosse retirada...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Um dos citados como...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Porque o deputado Baleia Rossi nunca foi citado nessa condição. Ele é alguém que foi nosso colega nesta Casa e merece o nosso respeito. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu retiro, deputado Barros Munhoz. Eu não disse que o deputado Baleia Rossi é ladrão de merenda, eu disse que ele foi citado como tal, foi citado pelo Sr. Marcel como beneficiário desse esquema pífilo de roubo de merenda das nossas crianças.

Estou fazendo essa leitura toda, porque esses deputados e essas eminências citadas sequer estiveram aqui. O Sr. Leonel Julio, ex-deputado e ex-presidente desta Casa,

citado no cerne, no coração desse desvio de merenda também não esteve aqui. Agora vemos dificuldades de falar com esse que será o grande culpado desta CPI. Eu não tenho bola de cristal, mas ele será o grande culpado desta CPI.

Confio, sim, no deputado Estevam Galvão. Creio que ele irá fazer o seguinte, mas esta CPI está levando para dizer o seguinte: sobre esse crime que aconteceu com a comida das nossas crianças, o grande culpado foi o Marcel. Sr. Presidente, a sua história e a história de todos que estamos nesta investigação... Gostaria muito que nós deputados honrássemos, de fato, esta Casa, o Parlamento paulista, e que pudéssemos entregar à sociedade uma correta investigação e não ser uma CPI chapa branca.

Muito obrigado. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Sr. Presidente, quero apenas reforçar o que eu havia dito. Infelizmente, hoje não foi possível, mas quem sabe, durante a semana, pode avançar para isso. Serei bem didático.

Vossa Excelência, como presidente, e o relator têm algumas alternativas antes de apresentar o relatório final. O que é o correto, respeitando-se o Regimento? Esperar esgotar toda a pauta. Dessa maneira, cada requerimento terá, no mínimo, meia hora de discussão. No mínimo, só se a oposição discutir. No mínimo.

Temos ainda 36 requerimentos. A tendência é que só para discutir esses requerimentos expostos aqui iremos em 20 horas de trabalho, sem interrupção, sem contar os intervalos e as suspensões. É óbvio que restará uma alternativa para terminar no tempo estabelecido pela CPI. Vossa Excelência, com o relator, terá que desrespeitar o Regimento, fechar um relatório, votar e dar satisfação por que não concluiu.

Acredito que esse não é o desejo de V. Exa., muito menos o nosso aqui, nesta CPI. Acho que alguém deve pedir vista, porque é humanamente impossível dar continuidade nesse formato, discutindo requerimento por requerimento e, ao final, pedir vista. Então, não é razoável, não é racional que fiquemos aqui, discutindo por 40 minutos cada requerimento para, depois, alguém pedir vista dele. Isso não é razoável.

Como eu sei que vão pedir vista e que só iremos convocar o Chebabi, que está aí para prestar esclarecimentos, e a Vanessa voltará em uma próxima reunião, a minha sugestão é reforçar que, pelo menos durante esta semana, a CPI consiga se reunir. Se

não o corpo todo, que seja informalmente, com algumas lideranças de partidos que possam discutir uma diretriz final para ela.

Acredito que possamos avançar muito...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Deputado João Paulo Rillo, até em abono a esta tese, nos entendimentos que foram tentados, já se chegou a uma unanimidade de que vários requerimentos aqui podem ser excluídos. Já é um caminho.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - É um caminho.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se há 36, e cai para 20, já foram eliminados 16. É esse o processo que deve ser adotado. Nós aprovamos nesta Casa um novo sistema de Previdência para o estado de São Paulo. Parecia impossível, mas foi aprovado por unanimidade, com 26 alterações propostas e aprovadas, inclusive, pelas entidades de classe.

Então, acho que a sugestão do deputado João Paulo Rillo é extremamente ponderada. Acredito em uma solução de acordo. Não há o que resista a uma tentativa correta de entendimento. Concordo plenamente.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Sr. Presidente, para concluir, é óbvio que, quando o deputado Barros Munhoz fala em acordo, trata-se de um acordo de metodologia e encaminhamento. Não é um acordo de resultado, porque temos posições distintas em relação a relatórios e encaminhamentos.

Agora acho razoável que possamos produzir. Em minha opinião, há elementos suficientes para reconvocar alguns e chamar novos, mas também concordo que, se insistirmos em fazer mais 30 convocações, isso não é razoável. Vossas Excelências também podem utilizar da força da maioria e concluir que não seria bom. Não estou falando para a Casa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não é esse o nosso desejo, deputado.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Não seria bom para discutir a merenda, para discutir a Educação, para discutir a participação popular dos estudantes que foi importante nesse processo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Concordo e acho que essa é uma ponderação muito correta, deputado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, nessa linha, a não ser que V. Exas. já fizeram, há bastantes requerimentos para ser votados. Obviamente, para serem discutidos, isso vai longe. Não teve nenhuma tentativa de acordo, de fazer uma seleção de todos os requerimentos em que há consenso para aprová-los e só discutirmos aqueles em que há divergência?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Houve uma tentativa infrutífera. Por exemplo, V. Exas. dizem que é importante que venham o secretário e o ex-secretário aqui. Isso foi acordado. Não haveria problema em vir. Ele, inclusive, não se recusa a vir.

O problema é que, se partimos do princípio de recomeçar a CPI e reconvocar pessoas que já estiveram aqui, aí a coisa não tem fim. A ideia é partir do princípio de que ainda falta ouvir alguns. Podemos discutir quem são esses alguns que são importantes e devem ser ouvidos.

Eu estou aberto a discutir. Volto a insistir em que não é bom para a situação, para a oposição e para nenhum deputado que esta CPI seja encerrada de forma forçada. Infelizmente, o deputado João Paulo Rillo tem razão. Se for nesse ritmo, ela irá acabar em um momento em que teremos que colocar o relatório para ser votado sem apreciar vários requerimentos.

Nós não podemos ficar sem relatório final. Eu gostaria muito que nós conseguíssemos um entendimento para ouvir mais algumas pessoas e acabar esta CPI de forma adequada.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu solicitaria a V. Exa. que fizesse uma convocação, pode ser feita por telefone, não de todos, mas pelo menos de dois ou três representantes do PT e de dois ou três representantes dos demais partidos, cinco ou seis, enfim, para tentarmos evoluir. Isso sempre deu resultado. Na Comissão de Constituição

da Constituinte, nós conseguimos votar emendas que eram absolutamente impossíveis de serem votadas. No fim, chegava-se a uma conclusão consensual. Acho que o esforço pelo entendimento nunca deve ser desprezado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Estive aqui diversas vezes, nesta CPI, e o deputado Estevam, relator, assim como o deputado Barros também, falou que todas as vezes em que fosse necessário reconvocar um depoente, isso seria feito. Esse caso do Marcel é o primeiro que está sendo pedido para ser reconvocado, com evidências, com contundência...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não é o primeiro, deputado...

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sabem por quê? Porque está provado e vocês tiveram acesso...

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de me inscrever e acho que estamos em período de discussão, mas a discussão já encerrou. Senão, vamos ficar “ad aeternum” aqui, fazendo comentários pertinentes à CPI. Então, que se respeite o Regimento e nós concluamos.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Nesse caso do Marcel, está evidente - e V. Exas. tiveram acesso ao depoimento dele - que ele não falou a verdade. Ele falou uma coisa aqui e falou outra coisa no Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Aqui ele nem falou, deputado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Falou, falou. São contradições. Esse é um caso que precisa ser reconvocado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Qual é a questão de ordem?

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - O deputado Enio não estava aqui na hora em que fizemos todo o esforço para chegarmos a um entendimento. Tem que ficar claro que, do nosso lado, vamos persistir para que possamos chegar a um acordo. Vamos persistir nisso.

Porém, deputado Enio Tatto, quando chegamos aos nomes, emperra. Emperra nos nomes. Então, eu estou querendo dizer isso, pois ficam passando a impressão de que quem não quer acordo somos nós.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, ninguém disse isso. O que estamos dizendo é que tentamos, mas não foi possível. Vamos continuar tentando.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Eu queria dizer aqui...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco e, depois, o nobre deputado Jorge Caruso.

**O SR. LUIZ TURCO - PT** - Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas presentes, como o debate está rolando, nós consideramos fundamental a presença do Marcel, mais uma vez, para prestar esclarecimentos, até para que o relatório final...

A ideia é que tenhamos um único relatório nesta CPI, acho que esse é objetivo da CPI. Até para colaborar com o relatório, consideramos fundamental a presença do Sr. Marcel Ferreira Julio. Porém, com o calor do debate, pelo jeito será derrotado, mas nós consideramos fundamental, a presença dele.

Em função disso, quero pedir vistas do requerimento do deputado Alencar Santana.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, tanto o titular tem direito a vistas quanto o suplente tem direito a vistas?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem direito, mas quero informar que, enquanto o titular estiver aqui, V. Exa. não pode pedir vistas.



**O SR. LUIZ TURCO - PT** - Agora ele já saiu. Quero pedir vista novamente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É regimental.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Vossa Excelência deferiu a vista?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deferi a vista.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Então vamos passar ao item 2 da pauta?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Exatamente.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, antes de passarmos ao item 2, quero pedir vista dos itens 20 a 44 da pauta, já que acho que temos que distensionar essa reunião.

Aproveitando o momento, quero dizer que prezo muito o deputado Luiz Fernando. É um gentleman, mas acho que hoje ele exagerou um pouco, acho que foi muito deslegante, em especial com o deputado Baleia Rossi e com os demais deputados.

Mais do que ninguém, todos os deputados que têm acompanhado a CPI perceberam pela oitiva, pelos documentos e por tudo o que foi apresentado que não há prova alguma que envolva qualquer dos deputados. São citações aleatórias para um ou para outro, ilações que só prejudicam nossos colegas.

Quero deixar isso registrado, a minha decepção momentânea, mas creio que também tenha sido uma passagem momentânea de palavras na sua cabeça naquele momento, pois infelizmente coisas dessa natureza não podem acontecer entre colegas. O PMDB deixa claro o seu descontentamento com tal postura.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Registrado, deputado. Eu gostaria de solicitar aos Srs. Deputados que tomassem cuidado com a forma com que se expressam. Isso vale para todos, para todos os lados, não é uma questão pontual de um ou outro deputado, para que não partamos para o nível da ofensa pessoal, que é muito ruim.

Queria fazer outra proposta para tentar distensionar ainda mais: que ouvíssemos os depoentes que estão aqui hoje...

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu ouvi os comentários do deputado Rillo, que teve apoio do deputado Barros Munhoz, e acho que esse é um caminho que poderíamos seguir.

Trabalhamos para o entendimento; infelizmente, o entendimento não prosperou, mas creio que ele ainda virá, para o bom andamento desta CPI, para que ela seja finalizada de maneira digna, como todos nós queremos.

Então, vou dar a minha parcela de contribuição, forçando esse entendimento. E quando digo forçando é porque creio que o entendimento seja um desejo de todos nós, membros desta CPI. Vou solicitar vista dos itens 2 a 19, na intenção e no desejo de que haja um entendimento. A razão do pedido de vista é única e exclusivamente para que possamos sentar de novo e tentar esse entendimento, para chegarmos a um bom final nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Concedida a vista, deputado. Vossa Excelência tem toda a razão.

Em função de todos os requerimentos terem sido objeto de pedidos de vista, vamos ouvir as pessoas que estão aqui. Deputado Alencar, isso parte como um gesto de todos nós, pois queremos - e sei que V. Exa. também quer - procurar esse entendimento. Vamos ver se, durante a semana, conseguimos caminhar para um acordo que seja bom para todos, para a apuração e para a CPI de uma forma geral.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Com aquilo que for importante para a apuração, a bancada do PT, com certeza, colaborará.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vamos tentar compor esse acordo durante a semana. Solicito que tragam a primeira...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sr. Presidente, eu fui citado e queria dizer o seguinte: em momento algum, deputado Caruso, tive a intenção de fazer qualquer tipo de acusação aos deputados citados. Em momento algum, eu quis fazer qualquer tipo de citação. Eu disse que eles foram citados e que talvez fosse importante que nós os

ouvíssemos. Até prova em contrário, creio que nenhum deles tenha tido qualquer tipo de participação, mas à CPI caberia, talvez, investigar. Esse foi meu questionamento.

Quero dizer, deputado Caruso, de meu respeito por V. Exa. também, do carinho que tenho por V. Exa. e dizer o seguinte: não fui deselegante com nenhum deputado. Eu disse o seguinte: eles foram citados como partícipes e talvez fosse importante que essa CPI os ouvisse. Queria deixar isso registrado.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sr. Presidente, eu agradeço as palavras do deputado Luiz Fernando, mas, na verdade, quem leu o inquérito inteiro... Não houve nem a questão de citação de partícipe. Até isso não dá para dizer dos parlamentares que foram citados. Essa é a grande realidade desse caso. Isso gerou mídia, gerou fato porque apareceram os nomes de forma avoada, mas, na verdade, não houve citação de partícipes de quaisquer desses deputados.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Feito o registro, solicitei já à assessoria que trouxesse a primeira depoente de hoje e aguardamos a sua presença para começar a oitiva. Agradeço a todos os deputados pela compreensão nessa tentativa de acordo, pois acho que ela é fundamental.

Está presente a Sra. Vanessa Alves Vieira Lazaro, ex-diretora técnica do Cenut - Centro de Serviços de Nutrição do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno da Secretaria Estadual da Educação.

Primeiramente, peço desculpas, em nome da comissão, por fazê-la vir pela segunda vez. A senhora atendeu ao primeiro chamado da CPI e acabou não sendo ouvida em função de problemas da comissão. Então, em primeiro lugar, quero pedir desculpas à senhora e agradecê-la, mais uma vez, pela disponibilidade de prestar esclarecimentos a esta comissão.

Informo que a senhora está aqui na condição de testemunha e, em função disso, tem o dever de falar a verdade, sob todas as penas da lei. Gostaria de dizer à senhora, como aconteceu da última vez, que o trâmite tem sido o de abrir a palavra à depoente para que fale um pouco quem é, o cargo que ocupou, o período em que o ocupou e se ainda continua na secretaria. Enfim, faça um arrazoado da sua vida pública e, depois, diga se tem alguma relação com algum dos investigados, dos citados da Coaf na Operação Alba Branca, e se a senhora tem alguma informação que considere relevante para a investigação desta CPI e aquilo que a senhora conhece da Operação Alba Branca.

Depois, abriremos para que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas façam as suas perguntas. Tem a palavra.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Bom dia. Eu ingressei na secretaria como estagiária em 2004. Fiquei como estagiária até 2007, no Departamento de Suprimento Escolar. Em 2007, fui contratada para atuar como nutricionista pós-formada e continuei no Departamento de Suprimento Escolar, como nutricionista, até o período de reestruturação da secretaria, que foi em 2012, quando fui convidada a ser diretora do Centro de Serviços de Nutrição. Permaneci lá até fevereiro de 2015. Saí de lá e estou ainda na Secretaria da Educação, mas na Diretoria de Ensino Regional Norte 2, como analista administrativo.

Em relação aos citados da Coaf, não mantenho nenhuma relação. Conheci-os por meio das chamadas públicas que ocorreram no departamento no período em que estive lá. Fiquei sabendo de todo o caso da Operação Alba Branca por meio da imprensa, como grande parte das pessoas. Estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A senhora se recorda de qual deles a senhora conheceu, com qual deles teve contato?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim. Na época, quem fazia mais contato era o Emerson. Se não me engano, ele era representante, na época, então era quem ligava ou mandava e-mails fazendo questionamentos.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, já posso me inscrever?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Já pode se inscrever. Vossa Excelência está inscrita e tem cinco minutos para fazer as perguntas.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Primeiramente, gostaria de cumprimentá-la por sua presença. A senhora acabou de dizer que o Sr. Emerson... Emerson Girardi, é isso?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputada, apenas para manter a regra: todos aqueles que quiserem se inscrever têm, a partir de agora, uma hora para fazê-lo. Depois desse tempo, não poderá mais fazê-lo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Era Emerson Girardi?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não me recordo do sobrenome, lembro-me do primeiro nome.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Em relação a esses e-mails que ele passava, a senhora se recorda do conteúdo? Ou dos telefonemas que ele fazia?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - A princípio, foram para encaminhar documentação técnica, amostras de produtos, que são protocolares do processo. Posteriormente, ele entrou em contato por conta da interrupção que houve da chamada. Então, ele questionava o que estava acontecendo, por que não comprava. Os e-mails tinham esse teor, ele perguntava por que não dava andamento.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora lembra o período em que ele fazia isso, e referente a qual processo licitatório, a qual chamada pública?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - A de 2013.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A de 2013?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim, pois não houve compras e eu me lembro de ele ter entrado em contato insistentemente, ligando. Outros funcionários do setor atendiam ao telefone também. E por e-mail. Lembro-me do nome dele por ter visto no e-mail, na verdade. Não me recordaria simplesmente, mas lembro de ter visto um e-mail dele.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas esses e-mails era endereçados à senhora?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eram endereçados ao e-mail institucional.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora falou que, em 2007, a senhora deixou de ser estagiária e passou a ser contratada como nutricionista. Onde a senhora atuava, em qual departamento?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Era no Departamento de Suprimento Escolar.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Desup?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não, era DSE, na época, mas ele foi instinto com a reorganização.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Na reorganização, a senhora passou a ocupar qual cargo?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - No Cenut, passei a ocupar o cargo de diretor técnico II.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Diretor técnico II, no Cenut. Ali, a senhora ficou como nutricionista?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim, diretora e nutricionista.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Quando a senhora deixa de ser nutricionista e ascende ao cargo de diretora?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Na verdade, na secretaria, não havia cargo de nutricionista. Era ocupação. Até 2013, não havia nenhum tipo de concurso público para nutricionista. Então, éramos contratados como cargo em comissão, analista, assistente e outras denominações técnicas.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - De 2007 em diante, a senhora passa a ocupar qual cargo? Em comissão como nutricionista ou em comissão como diretora?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - De 2007 a 2012, eu atuava como nutricionista.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Em 2012, a senhora passou a ocupar o cargo de diretora.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Como diretora, quais eram as suas atribuições, exatamente? Como diretora do Cenut?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Era a elaboração de cardápios, a demanda de compras de produtos, o apoio técnico nas licitações para elaborar o descritivo dos alimentos que iriam ser comprados.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Esse apoio técnico significava o quê? Por acaso, por exemplo, a senhora acompanhava todas as etapas das chamadas públicas? A senhora conferia documentos da chamada? A senhora chegava a interceder em algum momento? A senhora sabia se as participantes estavam de acordo com as exigências para participar de uma chamada pública?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Por ser um departamento que tinha um déficit muito grande de funcionários, nós nos dividíamos. Então, não necessariamente era eu que iria fazer parte de qualquer licitação ou chamada pública. Nós nos dividíamos entre as nutricionistas presentes. Entre as nutricionistas, sim, nós acompanhávamos a parte técnica do produto. Elaborávamos o descritivo para dizer como deveria ser o produto a ser entregue e fazíamos essa conferência no ato da chamada ou da licitação.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora participou da chamada pública de 2013?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Participei.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora tem conhecimento de que ela foi interrompida?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora sabe quais as razões para ela ter sido interrompida?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não. O que nos foi passado, na ocasião, era que havia um erro chamado de técnico-administrativo, se não me engano, e que ele precisava ser sanado. Por isso, não podiam dar continuidade.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas a senhora sabe que ela foi formalmente interrompida quase três anos depois, só em 2016? Em fevereiro de 2016?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não tive conhecimento de quando ela foi interrompida formalmente.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E esse processo ficou em aberto. A senhora não tinha acesso a isso?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não, pois, na verdade, a formalização do processo cabia a outro departamento, que era o Desup. Nós participávamos mais da parte operacional, não da formalização.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O parecer jurídico - ainda em relação a 2013 - recomendou o não prosseguimento desta chamada pública, mas ela continuou. De quem foi a decisão de prosseguir isso? Foi sua? De quem foi?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Na ocasião, houve reuniões com a coordenadora - que, na época, era a Ana Leonor - para debater em relação a esse parecer, pois parecia que havia uma confusão dentro do processo em que se misturava a questão do PPAis com FNDE. Parecia que havia uma informação equivocada que precisava ser esclarecida. Então, nessa reunião...



**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora Ana Leonor era a coordenadora de Infraestrutura e Serviços Escolares?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso, a Cise.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E a senhora estava no Desup?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não, no Cenut.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - É que são muito semelhantes... O Cenut é o Centro de Serviços de Nutrição. Mas a senhora chegou a assinar alguma chamada pública?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não era da sua alçada?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora nunca percebeu que na chamada de 2013 a Coaf também se apresentou, tentando entregar o suco através da fábrica GallCitrus e Naturacitrus?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Nunca.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Por enquanto, era isso que eu queria saber. Muito obrigada.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - De nada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Mais alguém inscrito? Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quero cumprimentar a Vanessa e fazer poucas perguntas.

Sra. Vanessa, qual foi a primeira chamada publicada, em 2013, de contratação de suco de laranja?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não entendi a pergunta.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual foi a primeira chamada? Quem abriu, qual o nome que estava responsável como se tivesse assinado a primeira chamada publicada no Diário Oficial em 2013?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eu lembro que nessa chamada estávamos com bastante dificuldade - tanto o DAAA quanto o Desup - para formalizar e entender os meios. Tinham colocado meu nome, mas não assinei essa chamada. Posteriormente veio o nome do Rodrigo e ele assinou.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Essa chamada foi publicada no Diário Oficial?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não sei te dizer sobre a formalização.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Foi publicada: chamada pública nº 001, do DAAA, de 2013. Está o nome da senhora, Vanessa Alves Vieira. Foi publicada no dia sete de agosto de 2013. Por que a senhora não assinou?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Porque não competia a mim assinar aquela chamada pública; então me recusei a assinar.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E quem publicou uma chamada pública com seu nome de forma irregular?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Quem demanda todas as publicações para o Diário Oficial é o Desup. As publicações partiam desse departamento.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora não assinou porque sabia que era errado, não tinha competência?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vou finalizar minha participação. A próxima chamada, revogando essa - apesar de essa não ter sido oficialmente revogada, mas vamos assim considerar -, foi com o mesmo número, publicada um mês depois, com a assinatura do Sr. Rodrigo, correto?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ele não era diretor do Desup, mas do DAAA. Por que foi com o nome dele?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Na ocasião dessa chamada pública, como era algo recente, tanto por conta da reorganização da secretaria - os funcionários estavam se adequando aos departamentos - quanto pela exigência em relação à chamada pública, houve um desentendimento sobre de quem seria a responsabilidade. Na ocasião, entendeu-se que como se tratava de merenda, a responsabilidade era do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno. Talvez por isso ele tenha assinado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora acabou de dizer que era o Desup. Se a senhora não assinou, era porque sabia que...

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eu sabia que a competência não era minha.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E que era o Desup que publicava...

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim, ele publica todas as demandas no Diário Oficial.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Me concede um aparte, deputado Alencar Santana Braga?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O próprio Rodrigo confessou, aqui na CPI, que ele sabia que não era ele. Só a senhora não sabia? A senhora sabia que não era a senhora, mas não sabia que não era o Rodrigo? A senhora sabia... Como não?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ele admitiu isso aqui.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eu não falei que não sabia que era o Rodrigo. Eu falei que eu sabia que não era eu.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E que não devia ser o Rodrigo também. A senhora sabia de quem era a competência. De quem era? A senhora acabou de dizer; não era do Desup?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Acredito que seria da coordenadora...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se a senhora sabia que não era da senhora, sabia de quem era. Por que não está querendo dizer de quem era?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não é que não estou querendo dizer, deputado. Estou dizendo que não é minha.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E é do Rodrigo?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Também não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - De quem era a competência para abrir um processo de chamada pública?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Acredito que do ordenador de despesas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Qual é o cargo do responsável?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Coordenador da Cise, que seria a Ana Leonor na ocasião.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Deputado Barros Munhoz, isso é mais uma estranheza. Essa agora publica uma chamada com o nome dela sem ela assinar. Quer dizer, havia alguém que atuava com muita força, manipulando as coisas ali dentro. Alguém manipulava. Como pode sair um documento no Diário Oficial, uma licitação de milhões, com o nome de uma servidora que não tinha essa competência e que fala: “eu não assinei, porque sabia que não podia”? Mas mesmo assim publicaram.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Continuando o aparte, só mais uma pergunta: a senhora não tomou nenhuma providência para esclarecer que a senhora não assinou esse documento? Foi publicado no Diário Oficial, e a senhora ficou quieta?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eu nem vi que estava no Diário Oficial com meu nome. Estou conhecendo esse fato agora, na verdade. Me lembro do processo físico, em que consta meu nome; mas não assinei, está em branco.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Pois é. E alguém publicou em sete de agosto de 2013. Depois, a senhora pode acessar na internet. Mas a senhora mesma está admitindo: “eu vi no processo, mas como sabia que não tinha competência, não assinei”. A Sra. Marilena disse que um senhor ligava para ela. Ele falou: “me dê seu email para trocarmos mensagens”. Ela falou: “não dei, não”. Pediu que ela mandasse

email para ele. Ela até se lembrou do nome do email. Lembrar nome de email não é algo simples, mas ela lembrou o nome do email do Sr. Jeter. Eu perguntei: “por que a senhora não mandava email para ele?” Ela falou: “eu?” É mais ou menos como a senhora, que viu seu nome lá e disse: “não vou assinar isso”. Foi a sua reação?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso, eu falei: “não compete a mim. Se estou assinando, estou concordando...”

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E a senhora não avisou ninguém ali que havia um erro básico e grave?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Só conversei verbalmente com o Desup na ocasião, falando que não era competência minha assinar. Quem fazia o edital era o Desup. Quem formulou o edital foi o Desup.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Alguém manipulou muita coisa ali dentro. A senhora deve conhecer a Pavan, outra servidora, também nutricionista. Ela não tinha competência. E contestou um parecer jurídico. O outro assina a licitação sem poder. Outro aprova, em 2013, uma empresa vencedora com o valor maior do que o preço de referência. No outro processo, de 2014, somente duas empresas são consultadas, a Coagrosol e a Coaf. O terceiro orçamento sumiu. Há vários documentos falsos, como todo mundo aqui já sabe.

Muita coisa estranha. Muita gente manipulou. É por isso que queremos que mais pessoas sejam ouvidas. Há um grupo que atuou na Secretaria da Educação, há o grupo da Coaf, há o grupo da Assembleia Legislativa e o grupo dos lobistas. Precisamos saber os beneficiários de fato e os principais beneficiários.

A senhora atuou, em algum momento, na chamada pública de 2014?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Teve conhecimento dela?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Alguém ligou para a senhora, de fora da secretaria, falando sobre esse processo? O Emerson, que te liga, é sobrinho do Misiara. Todo mundo diz que ele atuou em 2013. O pessoal da Coaf diz isso. Depois que dá errado a de 2013, ele vai carregar caixa. Então, entram novos atores. Alguém te ligou em 2014?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não. De 2013, acompanhei mais, por ser o início. Em 2014, as coisas já se organizaram melhor, então nós dividíamos as atividades, e eu não fiquei acompanhando de perto.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E quem acompanhou?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Outras nutricionistas do departamento.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora pode dar o nome?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Se não me engano, na de 2014 foi a Dione Pavan, que veio aqui também.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora sabe se ela falava com alguém de fora da Secretaria?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Falava, por conta de produtos... Com o pessoal da Coaf, V. Exa. diz?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Isso, pode ser.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Falava por questão de produto. Em todas as licitações, independentemente de serem chamada pública ou não, nós solicitávamos amostras de produtos e a documentação técnica. Ela fazia essa solicitação.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora sabe se alguém mais ligou perguntando sobre o processo de 2014, para que fosse aberto, fosse dada celeridade, ou alguma outra informação?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Está claro que a senhora não atuou em 2014. Mas a senhora sabe se alguém tinha ligado lá na secretaria?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Escutou alguma conversa?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Até porque, como é o de 2013 que ficou enroscado, eles ligavam bastante. O Emerson ligou bastante. O de 2014, como fluiu, eu não tinha...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Não era sua competência.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A senhora perdeu o cargo de diretora do Cenut quando?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eu saí em fevereiro de 2015.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Qual a razão de a senhora ter deixado o cargo?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Razões particulares, na verdade, porque é um departamento que ocupa muito tempo, tem poucos funcionários, e não é qualquer saúde que aguenta ali. Então, preferi procurar qualidade de vida fora.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - A senhora não trabalha mais lá.



**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Trabalho na secretaria. Tenho cargo concursado. Estou trabalhando na diretoria de ensino e fazendo outras atividades paralelas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, minha parte acabou. Quero agradecer à Vanessa pelo depoimento. Essas informações que ela nos revelou sobre 2013 são importantíssimas, porque demonstram que de fato havia alguns atores que atuavam mesmo sem o consentimento de determinadas pessoas, determinados servidores, o que poderia causar um prejuízo enorme do ponto de vista pessoal. Alguém muito maldoso atuou ali dentro, usando o nome de outros. Parabéns pelo depoimento. Agradeço.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Obrigada. Quero primeiramente cumprimentar a depoente Vanessa. Pelo tempo que a senhora ficou na secretaria, percebo que esteve lá durante o ano de 2014. É isso?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Estive.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Eu gostaria de fazer algumas considerações com a senhora aqui. Eu gostaria que os deputados ouvissem isto: recebi, do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, um documento assinado pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa. Nesse documento, o promotor faz uma série de considerações em resposta a um requerimento que lhe enviamos solicitando algumas informações. Ele diz que nas contas da merenda, e no caso das licitações da merenda do estado de São Paulo, foram apontadas as seguintes falhas: primeiramente, a rotineira dispensa de licitação para o fornecimento de merenda às escolas públicas estaduais; em segundo lugar, a contratação reiterada de empresas envolvidas, no passado recente, justamente em escândalos ligados ao fornecimento de

merenda; em terceiro lugar, o descarte de quantidades absurdas de alimentos. Mais de 25 mil quilos de alimentos foram descartados em 2014.

Está aqui o documento, com assinatura original do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público do Estado de São Paulo. Como a senhora era uma das pessoas que elaboravam os cardápios, preparavam a escolha dos alimentos para que depois fosse feito o processo licitatório, a senhora poderia me responder por que vocês via de regra dispensavam essas licitações? E por que contratavam empresas envolvidas em escândalos de merenda anteriores e por que foram descartados 25 mil quilos de alimento em 2014? Não sou eu quem diz, mas o Ministério Público.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Deputada, não sei de quais dispensas eles falam aí, porque todo o processo, pelo menos o de compra de gêneros alimentícios, era feito através de licitação por ata de registros de preço. Não consigo te responder quais são essas dispensas, não sei se ele está falando de chamada pública. Mas também não foram muitas, então não sei...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Quem solicitava a vocês a compra de merenda escolar?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Na verdade, era o inverso: nós indicávamos a necessidade dos alimentos, e quem fazia toda a parte licitatória era o Desup.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E por que foram descartados 25 mil quilos de merenda?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Precisaria saber qual é essa merenda...

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Em 2014. A senhora estava lá.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim, mas nós éramos divididos em dois centros: Cenut e Cepae. Esse último cuidava da parte de supervisão nas escolas. Então, precisaria saber exatamente do que se trata.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Vocês compravam merenda a mais, é isso?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não. Comprávamos de acordo com o que era estabelecido através de um cálculo, porque lá existe um sistema, que é o Saesp. É cadastrado todo o número de alunos. Lá, cadastrávamos o cardápio e o per capita. Então, o próprio sistema já calculava qual o per capita por aluno, para nos passar essa demanda. É um universo muito grande para fazermos o cálculo a mão. Através desse sistema, tínhamos os números necessários para fazer a compra. Esse sistema também fazia o abate de estoque. As escolas têm uma data-base, pela qual elas faziam o inventário do estoque e cadastravam no sistema; e o sistema cruzava esses dados. Era de acordo com o que havia no nosso armazém, ou no estoque das escolas, que fazíamos essa solicitação de compras.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora, como técnica da área, tendo sido diretora do departamento que requisita a compra para que seja feito o processo licitatório, reputa ao que essa eliminação de tanto alimento assim?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Em 2014, houve problemas com licitação de alguns produtos. Se não me engano, foi o ano em que houve uma alta muito grande no preço do arroz. O departamento teve problema com licitação de arroz, por exemplo, e alguns gêneros alimentícios. E também houve problema com empresas de terceirização de merenda. Não sei precisar exatamente qual foi esse problema, mas me recordo de as escolas terem ficado um período com um déficit de funcionários para o preparo da merenda. Pode ser que tenha conciliado com esse tempo.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Não sei se era o que a senhora fazia... Mas como vocês faziam a aferição do preço médio? Como isso se dava dentro da secretaria? Quem escolhia a empresa que iria participar do preço médio fornecido para que vocês pudessem chegar a um preço ideal?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - A aferição do preço era feita pelo Desup. Não sei informar qual a sistemática adotada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - O Padula vivia cercando funcionários lá, conversando sobre merenda com vocês?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não, até porque ficávamos em prédios diferentes. Era difícil o encontrarmos; só quando íamos ao prédio da República.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Qual era a sua relação com o Sr. Rodrigo? Ele era seu chefe, certo?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim, meu diretor.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Qual era a relação de vocês lá... Ele passava ordens? Como vocês faziam as coisas no dia-a-dia com o Rodrigo?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Ele era um chefe bastante democrático. Ele discutia as tomadas de decisão e tinha uma relação amistosa com todos os funcionários.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E a senhora não sabe explicar por que o Rodrigo assinou... Ele também não era pessoa competente. Primeiramente, no dia sete de agosto, foi publicado no Diário Oficial com seu nome, e a senhora disse que sequer sabia disso. E aí, foi efetivado mesmo. No dia 30 de agosto, foi publicada essa chamada com o nome do Rodrigo, que era o seu chefe, que também não tinha competência para tanto. A competência era da Ana Leonor, é isso?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - E por que isso aconteceu, você tem ideia?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - O Rodrigo sempre teve uma postura de não deixar as coisas atravancarem. Ele sempre incentivava toda a equipe a tocar o trabalho. Nós estávamos, na época, tendo uma pressão muito grande do FNDE por conta da chamada pública que não acontecia no estado. Talvez por conta disso, ele

tenha tomado essa decisão de assinar, para que as coisas não parassem no meio do caminho.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora disse que trabalhou na chamada pública do suco de laranja de 2013. Quem presidiu a comissão de avaliação e credenciamento?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Fui eu.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora sabe dizer quem calculou a referência do preço para compra do suco de laranja?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não sei dizer o nome de quem calculou. Sei que foi do Desup.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora, como presidente dessa comissão, acompanhou os passos seguintes dessa chamada pública? Ela foi publicada com o valor de R\$ 1,50; depois publicaram com R\$ 1,56; compraram com R\$ 1,52. É um rolo. Tanto é que depois a Sra. Marilene veio aqui e disse que analisou o processo inteiro, página por página. Inclusive, esse processo tinha páginas inseridas que não estavam... Era numerado, não? Havia uma ordem cronológica nos processos?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Os processos normalmente são numerados.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Página um, dois, três, assim, não era?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Esse não era assim. Você sabe por quê?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não sei dizer.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Quem mexia com esse processo de 2013?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - O processo circulava de acordo com a necessidade. Quem formalizava era o Desup. Quando era época de receber a documentação técnica e amostras, ele ia para o DAAA para que pudéssemos encartar os documentos correspondentes e depois devolvíamos para o Desup.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para encerrar, deputada.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - A senhora tem ideia, dentre todas as pessoas que participavam, quem teria cometido as irregularidades formais desse processo? A senhora presidia essa comissão. Quem poderia ter feito todas essas irregularidades?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eram determinados alguns funcionários do Desup para elaborarem os editais.

**A SRA. MARCIA LIA - PT** - Você lembra quais eram?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Na de 2013, eu não me recordo. Acho que seja até um funcionário que não está mais na casa.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, senhores membros da CPI, cumprimento a Vanessa.

Esse caso parece pequeno, deputada Marcia Lia, mas bastante simbólico de como é a gestão do PSDB aqui no estado de São Paulo. Quem consegue explicar: nessa chamada pública a cooperativa vendia suco de 200 ml a 1,50. Aí, tem a chamada a 1,52 - já está 0,02 centavos a mais - e no final acabou comprando a 1,56.

Repetindo: a empresa vendia a 1,50, a chamada foi a 1,52 - para o que tem de ter uma explicação - e como terminou a licitação a 1,56? Agora, não é a Vanessa quem tem de explicar isso. Quem tem de explicar é o Padula, é o secretário, é o governo. Sabe por que, deputada Marcia Lia? Vossa Excelência questionou a merenda que foi jogada fora, desovada. Na própria Secretaria da Educação, há diversas denúncias - foi motivo até de um pedido de CPI - sobre a desova de material escolar, de livros didáticos, de apostilas,

que foram encontrados jogados em estradas vicinais. Foram comprados e não foram distribuídos ou utilizados ou então teve maracutaia na compra. Comprou demais e não tinha onde colocar, onde entregar. Isso me faz lembrar outros casos importantes no estado de São Paulo - e aqui é muito difícil ver um ex-governador ser preso porque aqui não se apura nada.

Vejamos o caso do rebaixamento da calha do Rio Tietê. Quem não se lembra do número de denúncias, dos inúmeros pedidos de CPI que fizemos aqui? Sabe por quê? Lá, caminhões tiravam o lodo e a areia. Era um caminhão, mas lançavam cem, duzentos caminhões. Era uma grana enorme. Era contrato de emergência e tinha de ser feito um atrás do outro. Não podia parar. Mas nada disso foi apurado aqui em São Paulo. Aquilo que foi para o Ministério Público, sabemos no que deu: eles sentam em cima do processo e nada avança. Na Linha 4 do Metrô - cujo consórcio faliu duas, três vezes - foi feito aditivo. Também teve pedido de CPI nesta Casa e nada foi apurado. Vou contar mais um episódio, este é da minha região.

O Rodoanel foi alvo de muitas denúncias também. Pedimos também uma CPI. Sabe o que acontecia? Em um trecho do Rodoanel, antes de determinar onde o Rodoanel iria passar, alguém comprava os terrenos dos pequenos proprietários da região em grande quantidade e depois o Rodoanel passava justamente em cima daqueles terrenos. Depois, eram vendidos cinco, dez, até 15, 20 vezes a mais do valor pago para os pequenos proprietários. A pessoa praticamente era obrigada a pagar porque amedrontavam os proprietários - estou falando isso porque moro naquela região.

Nas outras regiões, acontece a mesma coisa. Dizem: “Se você não comprar, vai desapropriar porque aqui vai passar o Rodoanel.” Esta é a forma operante da gestão PSDB aqui em São Paulo. Aí vem um deputado que enche o pulmão, faz um discurso emocionante, o meu querido deputado Barros Munhoz, e fala: “Mas aqui em São Paulo nós fazemos o governo há 20 anos; aqui nós elegemos e reelegemos.” É lógico que elege e reelege, porque aqui não se apura nada. Aqui, secretário de Justiça vira secretário de governo; aqui, promotor vira secretário de governo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Quais foram os últimos secretários de Justiça aqui no estado de São Paulo? Todos promotores e procuradores do estado. Quem é o atual

secretário da Educação, sem querer insinuar alguma coisa, nem culpar? Mas isso é uma lógica. Parece que aqui em São Paulo não tem ninguém mais...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado, por favor.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - ...competente para ocupar determinados cargos, deputada Marcia Lia. Tem de ser do Tribunal de Justiça ou do Ministério Público, por isso as apurações não avançam. Aqui, na Assembleia Legislativa, está tudo dominado. Basta observar.

Para começar e registrar o meu protesto...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado, por favor.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - A inversão da pauta hoje é uma manobra justamente para cansar com a discussão e provocar um acordo: parar de aprovar requerimentos e iniciar os interrogatórios às pessoas convocadas no passado.

Eu acho que deveria trazer o secretário, o Padula de novo, trazer os peixes grandes para serem ouvidos nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Para colaborar com a rapidez dos nossos trabalhos, vou abrir mão da palavra. Já fiz a pergunta no tempo que gentilmente o deputado Alencar me cedeu. Só vou requerer, Sr. Presidente, não sei se esse documento a que a deputada Marcia Lia se referiu recebido do procurador de Contas ele está... (Fala longe do microfone.)

Então, gostaria de uma cópia para oficial. Vou providenciar a formalização junto à Secretaria da Educação para saber qual a perda anual, ano a ano, isso deve ter controle e quanto isso significa do total adquirido de merenda. Acho importantíssima essa informação.



Também quero parabenizar o depoimento da Vanessa. Só quero fazer um alerta, se me permite Vanessa.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Nós temos aqui a pretensão de achar quem está falando a verdade, quem está mentindo, porque tem uns que mentem de tal forma que fica muito evidente. E às vezes nós erramos na avaliação. A minha, acho que semelhante à da maioria dos deputados, é de que a sua foi correta. A senhora corre o risco de pagar pelo erro que não foi seu porque realmente o que ficou muito evidente é que tinha uma mafiuzinha atuando lá.

Essas coisas não aconteceram à toa, sem a participação da Coaf, que é uma empresa bandida, fantasma, nem cooperativa é, sem a participação de agentes políticos, de intermediários. Efetivamente isso não teria acontecido. Acho que a senhora poderia ser um pouco mais explícita porque a senhora sabe mais do que falou. A única pergunta que faria, além dessa, é a seguinte: a senhora, que ainda está na secretaria, teve conhecimento de algum outro fato escandaloso semelhante a esse? Isso é rotina acontecer lá, ou não?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não. Não tive conhecimento.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Só soube desse caso no tempo em que a senhora ficou na Secretaria da Educação?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - De fato escandaloso como o senhor diz, sim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ok.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi.

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Sr. Presidente, vou usar rapidamente o meu tempo. Só uma pergunta à Sra. Vanessa, a quem cumprimento, para esclarecimento de

uma dúvida que tenho em relação à assinatura dessa licitação. A senhora disse que não assinou o documento e a pergunta que faço é simples: não assinou porque achou que não era da sua competência, entendeu que não era da sua competência assinar, ou porque viu alguma irregularidade nessa licitação? Somente esta pergunta.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eu não assinei porque não era da minha competência, até porque era a abertura da licitação, não tinha nem como visualizar alguma irregularidade.

**O SR. ADILSON ROSSI - PSB** - Muito obrigado. Só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sr. Presidente, nobres pares, quero cumprimentar a Vanessa. Vanessa, você chegou como estagiária.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Você foi indicada por alguém, você procurou uma vaga de estagiária, como você chegou lá?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Na ocasião, as vagas de estágio eram abertas pelo CIEE, pelo cadastro no CIEE.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Foi indicada pelo CIEE.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Nós fazíamos uma seleção no CIEE, um processo seletivo no CIEE para estágio. O departamento era composto, quase na sua totalidade, por estagiários.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - O número de concursados ali era muito pequeno, porque se o departamento era composto por estagiários...

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Muito pouco.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Você nos disse, em resposta à nobre deputada Marcia Lia, que na sequência você foi ocupar um cargo em comissão.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - É, isso, de estagiária fui para cargo em comissão.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Qual era o cargo mesmo?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Deputado, eu não vou lembrar a denominação correta do cargo, mas era algum cargo administrativo.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Do departamento da secretaria.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Da secretaria.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Não exigia nenhuma formação, não exigia nada para que a senhora ocupasse, era livre provimento.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - O primeiro cargo que ocupei era, inclusive, de Ensino Médio.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Porque a Constituição define como serão cumpridos os cargos em comissão. No seu depoimento à deputada Marcia... Porque na sequência a senhora passou a diretora. O que se percebe é que é terceirizado, outras pessoas prestam, são estagiários. Se não me engano, o Rodrigo, que estava no Desup, também não era de lá, ele foi da fundação, da Faculdade de Medicina, ele foi cedido.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Do DAAA.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Acho que inclusive no relatório precisamos indicar à secretaria para que cumpra a Constituição no preenchimento dos cargos. Parece-nos que é um cabide de emprego. As pessoas chegam e ficam ali.

Antes de 2013, a senhora também estava no Cenut.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não existia o Cenut. Era o DSE.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Mas a senhora estava ali naquela área, a senhora é quem definia o pedido. A senhora se colocou como requisitante, como quem demandava o Desup para que ele comprasse. É isso?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Antes de 2012, não.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Em 2012.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - A partir de 2012.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Em 2013 também.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Isso.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - A senhora quem definia quantidades?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Como falei para a deputada Marcia Lia, a quantidade era calculada pelo sistema que tínhamos e remetida ao Desup para fazer a contratação.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - A senhora tem notícia de que em 2013 houve grande descarte de material? Ou seja, foi jogada literalmente fora merenda por ter sido adquirida em quantidade superior à necessária? O que a deputada Márcia Lia traz é de 2014. A senhora tem notícias de 2013?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Eu não me recordo.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - A senhora chegou a verificar, antes de requisitar de 2013 para 2014, quando houve o descarte? E aí quero lembrar que o nobre

deputado e meu grande amigo deputado Barros Munhoz disse à senhora de que a senhora poderá...

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO - Sim.**

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Acho importante abrir o jogo porque, no mínimo, a senhora será cobrada por esse descarte já que foi a senhora que requisitou, a senhora que pediu: “Eu quero um milhão.” E aí o governo joga fora, literalmente, porque ali se pediu errado. Acho importante a senhora abrir o jogo porque vai sobrar para os pequenos, com certeza. Essa informação que a deputada traz ao processo, resta claro que, além de existir um esquema, ainda se jogava fora. A senhora conheceu a Citro Cardilli ou não?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO - Sim.**

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** A senhora conheceu o Dagoberto, da Citro Cardilli, o proprietário?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO - Não**

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Ele não falava com vocês?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO - Não.**

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Quem falava, da Citro Cardilli, com vocês?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO -** Acho que o Ricardo Molinari. Ele é quem representava a Citro Cardilli.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT- O Sr. Ricardo Molinari.**

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO - Isso.**

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Quando a Citro Cardilli ganhou o contrato com o Governo do Estado, a senhora chegou a participar do processo?

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - As licitações de produtos de Ata de Registro eram constantes, não sei informar se eu estava nesse tipo de apoio ou outras.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Porque eu tinha informações de que o próprio Dagoberto participava das licitações. A senhora está dizendo que não conhecia. Ele é o dono.

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Licitação é online, é pelo site BEC, Bolsa Eletrônica de Compras. Não se tem contato direto com os fornecedores e a licitação ocorria no Desup.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Para concluir, deputado.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - A senhora nos disse que quantidades eram dimensionadas não pela apuração do que se necessitava, mas em cima de um software que...

**A SRA. VANESSA ALVES VIEIRA LAZARO** - Não. Era de acordo com a necessidade. O software calculava essa necessidade. Nós cadastrávamos o cardápio e o per capita de cada alimento que devia ser oferecido aos alunos. Ele calculava com o número de alunos comensais de cada escola, abatia da quantidade que havia no estoque de Cajamar e no estoque que constava em cada escola para passarmos a quantidade.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Muito obrigado, Vanessa. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não havendo mais nenhum deputado inscrito para fazer questionamentos, quero agradecer a Sra. Vanessa e dispensá-la. Desculpe-me pelo imprevisto na reunião passada. Quero solicitar à assessoria para que traga o próximo depoente, Cassio Chebabi.

Enquanto isso, vou passar algumas informações à V. Exas.: a primeira é do Sr. Joaquim Geraldo Pereira da Silva, que disse que estava programado para vir para São Paulo, mas não passou bem e solicitou que se marcasse uma próxima vinda para depois de dez dias. Junto, o comprovante médico.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Caso os demais também concordem, o deputado Barros Munhoz sugeriu que fizéssemos uma audiência no local. Li o relatório dele, ele tem dificuldade de locomoção, nós podemos fazer uma audiência na Câmara Municipal ou qualquer outro local público da cidade em que mora.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vamos fazer mais uma tentativa e, se não der certo, podemos rediscutir.

Outra é do Sr. Ulysses, também com problema de saúde. Também juntou alguns documentos. Então vamos reconvocá-lo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Ele fala em 60 dias. Será nesse prazo?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, não vamos dar esse prazo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - De nossa parte, se quiser prorrogar por esse período, tranquilo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É impossível, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu só estou dando a proposta.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Mesmo que prorrogássemos pelo restante do tempo que falta, ainda não daria tempo.

Por último, a justificativa do Sr. Roberto Lamari. Ele diz que não pôde vir porque estava em compromisso fora de São Paulo. Ia chegar hoje, mas tinha duas audiências já agendadas e não tinha como faltar. Mas mandou uma carta dizendo o seguinte - leio a

parte que acho interessante porque ele faz um pedido de desculpas a esta comissão e era este o objetivo da vinda do advogado.

“Nos meus mais de 20 anos de advocacia inteiramente dedicados ao direito administrativo, com inúmeras palestras, cursos sobre temas como CPI, consolidação de leis, legística, processo legislativo, escolas, enfim, sistemas ligados ao Poder Legislativo, tenho sido um defensor intransigente desse Poder e de seus instrumentos de investigação, e nesse ponto conto com muitas testemunhas, que são os próprios alunos. Como poderia agredir essa Casa, os parlamentares e a CPI com esse histórico? Somente por uma interpretação equivocada de meu interlocutor e no calor da discussão.

A minha frase é bastante clara, ‘não vou dizer que a CPI é um teatro, mas os deputados poderiam receber um prêmio da APCA’. Primeiro, dizer ‘não vou dizer’ é uma negação, portanto, fiz questão de dizer que não se tratava de um teatro, sei bem que não é. No entanto, vi que a reclamação dos membros da CPI seria justamente que eu teria dito que se tratava de um teatro. Ora, eu não disse isso com todas as letras. Na segunda parte, fiz um elogio não compreendido ao me referir à APCA, instituição séria que faz premiação relevante. Apenas quis dizer que os parlamentares têm um talento inegável no discurso, no poder da palavra e de argumentação. Estava respondendo a provocação de jornalistas sobre um eventual teatro. No calor da entrevista, saiu essa frase.

Se mesmo com minhas explicações algum deputado ainda se sente ofendido, peço desculpas pelo ocorrido.”

Eu me sinto satisfeito, não sei com relação a Vossas Excelências. (Manifestação dos presentes.)

Senhores, por favor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem, deputado Alencar Santana.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Quando foi votado esse requerimento, eu até externei a minha opinião de que seria ruim para a CPI convocar um advogado que veio aqui representar um cliente. Eu achava ruim entrarmos nesse tipo de



questão. Ele tem o direito da crítica, dizer o que ele gostaria. Lógico que ele volta tentando não fazer, mas acaba fazendo novamente a crítica.

Eu até gostaria, independente dessa questão que foi colocada, de perguntar para ele outras questões, vou até externar aqui. Ele apresentou, no dia em que ele veio, uma perícia grafotécnica dizendo que o Jeter não teria assinado os recibos. Olhe só a contradição, em um depoimento posterior ao dia em que o Sr. Jeter esteve na CPI, perante o desembargador e perante o procurador de Justiça, o Sr. Jeter foi indagado e confrontado com os recibos. Foi mostrado e perguntaram se ele teria assinado e ele disse “eu assinei”.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Aqui ele também disse que assinou o primeiro, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O primeiro, mas lá - posso até ler o depoimento dele, caso V. Exa. queira essa parte - ele disse que assinou vários. Ele falou: “Eu não me lembro de todos”. Mas e esse? “Assinei.” E esse outro? “Assinei”. Ele disse que assinou alguns dos recibos, alguns manuscritos, outros eram datilografados e assinava no final. Eu ia até perguntar se a perícia é a verdadeira ou se o depoimento do Jeter perante o desembargador é. Quero dizer que eu não achava prudente trazer o advogado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Até porque nessa condição ele não poderia responder, como advogado do Jeter.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sim, e nem pela crítica, ele tem o direito da crítica, como os estudantes têm o direito da crítica, senão nós vamos ter que trazer os estudantes para depor sobre isso. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, deputado, são duas coisas bastante distintas.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Da minha parte, apesar de ele ter reiterado isso, mas, como já disse, ele tem o direito da crítica, não vejo necessidade. Temos que respeitar a função do advogado.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está bem.

Quero registrar a presença do Sr. Cassio Iziqhe Chebabi, ex-presidente da Coaf, Cooperativa Agrícola Orgânica. O senhor foi convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Queria informar aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que o Sr. Cassio tem um habeas corpus preventivo, com liminar, que lhe concedeu o direito de permanecer em silêncio quanto a tudo quanto entende que possa incriminá-lo, ser assistido por advogado e não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade. (Manifestação dos presentes.)

Senhoras e senhores, por favor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem, deputado Alencar Santana. (Manifestação dos presentes.)

Senhores, por favor. Quero lembrar que não pode existir ofensa a nenhum deputado nem a nenhum depoente nesta Casa. Este presidente vai fazer ser cumprida a regra. Os senhores se comportaram até o momento, vamos continuar dessa forma. (Manifestação dos presentes.)

Tem a palavra o deputado Alencar Santana.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Presidente, quero cumprimentar o Chebabi e o advogado que o acompanha, que já esteve aqui também.

Sr. Chebabi, nós ouvimos aqui várias pessoas da Coaf e elas pintaram o senhor como o grande responsável, o grande maldoso. O presidente atual, o vice, o Santana, o Lopes, o Fossaluzza, o Caio, todos eles disseram algumas histórias. Eles deram alguns depoimentos também à polícia, à promotoria também, contando as histórias, as divergências internas, algumas questões.

Mas o senhor, desde o início, quando foi chamado em Bebedouro, demonstrou uma disposição em colaborar. O senhor fez a delação, deu um depoimento, demonstrou a vontade de passar a limpo isso.

Acompanhamos o início da Coaf pelos depoimentos, que nasce de fato como uma cooperativa que tinha os produtores rurais como seus fornecedores, depois teve o

crescimento, mas todos eles querem dizer “nós não temos nada a ver com isso, o responsável é o Chebabi, ele é o mau”, isso que eles tentavam transparecer. Mas o senhor é o que faz a delação e, de certa maneira, para a opinião pública, para os estudantes e para todos nós, relata, diz de outras pessoas envolvidas, mostrando o seu desejo de colaboração. O senhor fez isso também, recentemente, perante o Ministério Público, o senhor relatou alguns detalhes, relatou quem seria o destinatário do dinheiro, deu detalhes de quem falava com o pessoal na Assembleia, o Sr. Marcel, no caso.

Esta CPI vai ter um relatório. Não está claro se terá somente um relatório ou mais de um relatório, vai depender do relatório final. Porém, nós não queremos ficar com essa imagem sua, porque o que nos passa é que o seu desejo é de só colaborar com a Justiça, e não colaborar com esta Casa.

Esta Casa está fazendo um trabalho desde junho e nós tivemos, recentemente, presidente Zerbini, deputado Estevam se aqui estiver, deputado Olim também estava lá, com o procurador-geral de Justiça, o Sr. Smanio. Ele disse que, mesmo havendo delação, nada impede que a pessoa que fez a delação fale em outro órgão, porque isto aqui é um órgão constituído, com poderes constitucionais, não teria sentido uma lei de delação que diga “você delatou aqui, então não pode falar lá”, se aquele órgão é real. Se fosse assim, o senhor não poderia falar em nenhuma outra instância judicial, feita a delação em determinado órgão. Então não há qualquer prejuízo.

Mas nós não queremos ficar na CPI somente com aquela imagem construída por aquelas pessoas, porque eu diria que elas foram, no mínimo, covardes. Estavam com o senhor e o pintam como um bicho, como se nada tivessem a ver com o caso. Porém, o senhor teve o desprendimento, a coragem, o compromisso público de falar coisas que talvez, se o senhor não falasse, nós não estivéssemos aqui hoje.

Agora eu peço, fale também para nós, é fundamental, nós também queremos ter essa imagem de uma pessoa que colabora com a Justiça, colabore com a CPI. É o pedido que eu faço para o senhor, que está aqui novamente. Peço, por favor, que o senhor fale para nós.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Nobre deputado, eu fui instruído pelo meu advogado a não falar, a manter o meu sigilo exatamente pela minha delação premiada.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - O senhor pode se identificar, doutor?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Ralph Tórtima Stettinger Filho, sou advogado constituído pelo Cassio.

Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Srs. Deputados, tanto a defesa como o Cassio reconhecem o importantíssimo trabalho que vai sendo desenvolvido por esta comissão que, com tanto afinco, com tanta dedicação, tem evoluído, de forma consistente, na apuração desses fatos.

Ocorre que o Cassio Chebabi, por opção pessoal, realmente firmou um acordo de delação junto ao Ministério Público Estadual e uma das cláusulas desse acordo de delação é a não violação, não transpassar aquilo que ele disse no curso da delação. Dentro do acordo de delação há uma cláusula específica que o veda de passar qualquer informação a respeito dos fatos. Por quê? Porque essas investigações estão em curso, o Ministério Público Federal está investigando. Hoje a competência foi deslocada para a Justiça Federal, então a investigação continua. A Polícia Federal está investigando os fatos. Ele está proibido, pelo termo firmado no acordo, de passar qualquer informação. Se ele fizer isso, ele viola o acordo, e se ele violar o acordo, ele põe por terra também os benefícios.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Esse acordo foi formalizado?

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Foi formalizado, inclusive homologado judicialmente. Então ele está preso a essa situação. Quando nós estivemos, recentemente, no Tribunal de Justiça, onde o Cassio novamente se manifestou, a primeira colocação feita pelo procurador de Justiça que o indagou foi a seguinte: “O senhor está dentro de um acordo firmado com o Ministério Público e, ao Ministério Público, o senhor tem o dever de prestar todos os esclarecimentos”. Naquela circunstância junto ao Tribunal de Justiça, até para não colocar em risco o acordo, ele teve que se manifestar.

Então nós não estamos distinguindo ou menosprezando o trabalho dos Srs. Deputados, muito pelo contrário, mas nós temos que trazer essa questão formal, processual, e isso está na própria lei de delação. Se ele viola isso, ele põe em risco a delação.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Tudo bem.

**O SR. RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO** - Apenas, como última palavra, inclusive, a Justiça Federal foi instada no sentido de compartilhar as informações daquela apuração. O próprio juízo federal negou o compartilhamento das informações. Se a própria Justiça nega passar informações a respeito do processo, ele menos ainda pode fazê-lo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu quero que os senhores ponderem o seguinte. Sr. Cassio, na medida em que o senhor vem a esta comissão e não traz nenhuma informação, aquilo que já foi obtido, que já foi levantado, que já foi investigado por esta comissão remete muitos desses depoimentos à sua responsabilização. É claro e nítido que ele está sendo potencializado na sua responsabilidade, na sua culpabilidade. Quando o senhor vem a esta comissão e se nega a falar, a responder as perguntas, acho que, na verdade, e eu gostaria que o senhor ponderasse isso junto ao seu advogado, pode ser muito mais prejudicial porque o relatório final pode trazer dados que o incriminem ainda mais e eles servirão como base, seja no Tribunal de Justiça, seja no Ministério Público, seja aonde for encaminhado.

Nesse sentido, eu acredito que seja de vital importância que ele, que é uma das peças-chave de toda essa denúncia, da razão de ela estar sendo investigada, a questão da merenda, isso e aquilo, falasse, porque, do contrário, não precisaria nem ter vindo aqui. Se ele está aqui é porque ele poderia contribuir conosco e ele tem muito a contribuir. Acho que, na medida em que ele contribui, na minha modesta opinião, é mais adequado, até, para ele, porque demonstra boa vontade de sua parte em poder nos auxiliar. As informações que o senhor tem certamente vão ser muito valiosas para as nossas análises, para o nosso raciocínio e para a nossa conclusão.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, gostaria de saber se o indigitado foi qualificado. Qual é a qualificação dele? Como ele se apresenta, como ele é qualificado? A qualificação dele, ele é o quê?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está colocado aqui, inclusive, no requerimento, deputado. Se V. Exa. quiser.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Como é? Eu gostaria de saber.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sr. Cassio Izique Chebabi, ex-presidente da Coaf, Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Mas isso não é bem uma qualificação, ele está dando...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Eu sou agricultor.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Familiar ou não?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Já fui familiar, hoje eu não sou.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Desde quando o senhor não é?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Desde 2014.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Até 2014 o senhor era familiar? O senhor era proprietário de que área?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Eu tinha área arrendada de quatro hectares.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Plantava o quê?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Laranja e hortifruti.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor tem comprovação dessa qualificação?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Tanto no Sindicato Rural quanto na Associtrus, Fundecitrus.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Os demais diretores da Coaf também eram?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Dois agrônomos eram também produtores, que eram diretores.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E os demais produtores da Coaf? Os demais diretores da Coaf, que qualificação tinham?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Um era advogado, o vice-presidente era advogado...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Em resumo, não eram agricultores familiares?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Cem por cento, não.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor conhece alguma cooperativa de agricultor familiar cuja direção não seja constituída por agricultores familiares? O senhor sabe que uma das necessidades para ser uma cooperativa de agricultor familiar é ser agricultor familiar? Todos os seus membros, todos os seus dirigentes?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Eles estavam se transformando.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Ah, transformando. Mas o senhor sabe disso? Dr. Tórtima, por favor, deixe-o falar. O senhor sabe disso? Porque qualquer criança sabe. O senhor sabe também? O senhor sabe ou não? O senhor sabe ou não, Sr. Cassio? O senhor é muito simpático, muito agradável, vou ficar olhando para o senhor por umas três horas, não tem problema nenhum. O senhor sabe ou não? O senhor não vai violar delação nenhuma, eu não estou perguntando se o senhor roubou merenda, se o senhor não roubou, se o senhor deu comissão para quem, tudo isso nós já sabemos que o

senhor fez, às pamparras. Eu quero saber se o senhor é agricultor familiar ou não e se o senhor sabe que uma cooperativa de agricultor familiar só pode ser composta por agricultor familiar. Não tem nada a ver com o roubo seu da merenda. Responda-me, Sr. Cassio Chebabi.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Pela lei do MDS, MDA, até 70% de agricultor familiar.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - E pela lei do cooperativismo? E pela lei do cooperativismo? O senhor conhece, o senhor foi dirigente, o senhor foi presidente de cooperativa. Fala, porque aí o senhor não está resguardado, não. Eu não estou perguntando sobre o que o senhor roubou da merenda através da Coaf.

Aliás, nem precisava... Eu sou contra reconvocação por causa disso, porque não precisa o senhor falar: todos nós sabemos o que o senhor roubou, o que o senhor aprontou, o que o senhor fez. Todos nós sabemos.

Eu quero saber o seguinte: o senhor sabe que uma cooperativa de agricultor familiar, pela lei que regula o cooperativismo, só pode ser constituída - e, portanto, dirigida - por agricultores familiares?

O doutor, por favor, diga a ele que isso ele pode responder. Por favor. Diga a ele. Por favor.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Eu já respondi, nobre deputado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, o senhor respondeu do MDA. Eu estou perguntando da Lei do Cooperativismo, o senhor conhece, o senhor é uma pessoa inteligente. Responda.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Pela lei com que trabalhávamos, estávamos dentro da lei. Estava enquadrado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Como enquadrado na lei?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Enquadrado na lei do MDA, no Ministério do Desenvolvimento Agrário.



**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Todos os dirigentes eram agricultores familiares?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - A maioria.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu gostaria que ficasse consignado, viu, Sr. Presidente, que é mais um crime que pratica o Sr. Cassio Chebabi. Ele mente, porque ele sabe perfeitamente. Aliás, como mentiu que era inscrito na Ocesp e não era. Era falso o documento que ele apresentou. Qualquer criança que pretenda um dia entrar em uma cooperativa sabe quais são as condições para fazer parte dessa cooperativa. Ele sabe perfeitamente que a cooperativa era falsa. Não era uma cooperativa de agricultores familiares. Era uma arapuca montada para roubar. Para roubar, sobretudo, dinheiro público de prefeituras e do próprio estado.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, eu só queria perguntar e fazer uma afirmação. Perguntar se ele pode... O senhor deve ter muitos problemas para resolver no futuro, o seu advogado, mesmo ficando calado aqui.

Mas, eu queria colocar para o senhor que o senhor também, na sua delação, falou muitas verdades. Está deixando e deixou muita gente do governo preocupada e nervosa. Então, seria bom que o senhor cooperasse com esta CPI, com esta Casa, porque aqui é um local onde o senhor pode falar tranquilamente: aqui tem imprensa cobrindo, aqui tem, inclusive, os estudantes, que são as grandes vítimas da merenda escolar, que estão aqui presentes, e gostariam muito que V. Sa. falasse.

Mas, eu repito: V. Sa. errou bastante, V. Sa., na delação, falou muitas verdades que estão deixando muita gente de orelha em pé, nervosa, preocupada, e querendo acabar com esta CPI imediatamente.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Se está querendo se referir a mim, o senhor está totalmente enganado, viu, deputado? Eu estou totalmente calmo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem, deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, nós tivemos a primeira convocação do Sr. Chebabi. O advogado dele o orientou que não falasse devido à delação, com medo de prejuízo, de algum problema com a Justiça. Nós estivemos com o procurador-geral. Vossa Excelência, presidente desta CPI, também esteve.

Queria que o senhor relatasse para o advogado e para o depoente o entendimento deles em relação à delação, para que não seja uma interpretação somente minha, até porque não é uma interpretação, foi fato, aquilo que foi dito, textualmente, 20 dias atrás, no máximo, 25 dias atrás - não lembro agora a data exata.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Textualmente, a compreensão do Ministério Público é que uma delação premiada não o impede de prestar esclarecimento em qualquer outro local, inclusive nesta CPI. Essa é a interpretação do Ministério Público porque, inclusive, se a interpretação fosse contrária, as CPIs deixariam de existir, porque não há sentido: qualquer um que fizesse delação seria proibido de falar.

Então, do ponto de vista legal, doutor, eu aceito qualquer outra argumentação que a lei possibilite. Mas, do ponto de vista legal, não é essa a compreensão do Ministério Público. Isso foi dito textualmente pelo procurador-geral.

**O SR. ROBERTO LAMARI** - A opinião do ilustre procurador diz respeito à investigação no Tribunal de Justiça. O acordo de delação foi firmado junto ao juízo federal. Então, compete ao procurador federal e ao juízo federal autorização para que ele possa dizer tudo o que já foi dito no curso da delação.

Agora, o que eu acho que seria um caminho para V. Exas. é ter acesso ao conteúdo da delação que está na Justiça Federal, ter cópia formal disso e também do depoimento que ele prestou no Tribunal de Justiça. Ali, o Cassio Chebabi esclareceu detalhes, como V. Exa. disse, extremamente relevantes. Se não fosse a colaboração dele, muito provavelmente esta CPI não tivesse evoluído tanto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pela ordem, deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Doutor, se esse entendimento de que não pudesse o delator vir falar à CPI, esses órgãos não encaminhariam para nós eventuais depoimentos e documentos lá existentes. Vou dar um exemplo. O Sr. Marcel fez um depoimento ao Tribunal de Justiça, acho que no mês passado. Veio a nós. O depoimento do Sr. Chebabi está aqui também, veio a nós. O depoimento do Sr. Marcel, gravado na Justiça Federal, veio a nós. Estamos aguardando o do Sr. Chebabi na Justiça Federal, que não chegou.

Sr. Presidente, fica aqui um pedido para que essas informações sejam atualizadas. Aliás, peço também que as informações da Corregedoria Geral da Administração do Estado, se por ventura existir algo novo, que venha também a esta CPI.

Sr. Chebabi, há uma disputa de narrativa aqui, de contextualização da CPI. Há uma parte dela que quer dizer que o senhor é o bandido. O senhor percebeu. Essa pergunta em relação à cooperativa é para dizer que o senhor já fraudava inclusive a direção da cooperativa por não ter toda ela de agricultor familiar. Ou seja, quer caracterizar outras coisas.

O senhor está vivendo o seguinte dilema: ou o senhor prova o que o senhor falou na delação, ou o senhor vai em cana. O senhor vai em cana. E para provar a delação, a CPI pode ajudar muito. Nós estamos tentando ajudar porque nos interessa a verdade. O senhor diz aqui, por exemplo, ao Tribunal de Justiça, na página nº 18, o desembargador pergunta para quem ia essa comissão de 6 por cento.

Cita o nome do deputado Capez, se ia para ele. O senhor confirma dizendo que “sim”. O senhor cita, depois, contratos. Três contratos assinados com a Coaf, um com o Sr. Jeter, dois com o escritório Paciello. Eu fiquei com a seguinte dúvida: por que Paciello assinaria mais de um contrato com a Coaf? Porque eram destinatários diferentes ou era o mesmo destinatário?

Seria normal, se fosse um só destinatário, ter um só contrato. O senhor pode nos ajudar. E, nos ajudando, o senhor pode ter certeza que nós conseguimos ajudá-lo, para que o senhor prove aquilo que o senhor falou na Justiça. Porque se o senhor não provar - e, aqui, há um desejo de parte da CPI para que o senhor não prove. Quem vai pagar o preço, quem vai pagar o pato é o senhor. Mais uma vez: ajude-nos. Não há o prejuízo da

delação, porque, se fosse assim, essas informações... Se fossem sigilosas entre promotor e parte, nem a Promotoria nos enviaria.

Estou aqui com o seu depoimento. Se quiser, a secretaria da CPI mostra o documento oficial. Ajude-nos. Mais uma vez, rogo para o senhor nesse sentido. Tenho certeza de que todos aqui querem isso. Todos. Aqueles estudantes que também tiveram papel importante na criação da CPI também desejam. A imprensa, que está aqui, também deseja. Os deputados que estão aqui também desejam. Esses servidores que estão trabalhando nisso também desejam.

Até sugiro, se o senhor não quiser falar em público, Sr. Presidente, que façamos uma reunião reservada, para que ele fale para nós. Porque é injusto ele pagar o preço sozinho de tudo isso que também foi feito por muita gente.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, pela oportunidade e pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pois não, deputado Barros Munhoz.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Eu concordo com 95% do que diz o deputado Alencar Santana. Mas, quero deixar bem claro que, em hipótese alguma, ele pagará sozinho pelo que fez. Em hipótese alguma. O Merivaldo pagará pelo que fez, o Jeter pagará pelo que fez, o Rodrigo pagará pelo que fez. Muita gente pagará pelo que fez, muita gente. Muita gente pagará pelo que fez e que esta comissão aqui já apurou. Em hipótese alguma. Ele pagará, sem dúvida alguma. Vai ser quem vai pagar mais, sem dúvida alguma, até porque criou uma coisa para fraudar, realmente. Nunca foi cooperativa, em hipótese alguma, e ninguém mais do que ele sabe disso.

Mas, enfim, muita gente vai pagar junto com ele. Agora, ele poderia pagar um preço menor, sem dúvida alguma, concordo com o deputado Alencar, se fosse, pelo menos, colaborativo com esta comissão e falasse tudo o que sabe para nós.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu posso pedir pela ordem?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sim, deputada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu queria fazer uma leitura aqui de um trecho do depoimento do Sr. Cassio. E eu queria apenas, se ele pudesse, comentar aqui. Não é muito grande.

O senhor fala o seguinte a respeito dos contratos. O desembargador pergunta se o senhor ficou com alguma via desses contratos. O senhor diz o seguinte: “Eu fiquei com uma via, só que foi de um primeiro contrato no qual o Jeter ainda não participava, que era de 6% e outro de 4 por cento. Mas, aí, o César, o Marcel mandou para o César, que teria que ser assinado, um para o Jeter, um contrato específico de 1% para o Jeter, inclusive, eu tive que dar um cheque caução de 50 mil reais para o Jeter para...”

Aí, o desembargador pergunta: “Para garantir o quê?” Aí, o senhor responde: “Para garantir que ia ter retorno, que a primeira entrega iria ser paga, pelo menos”. Aí, pergunta o desembargador: “E foi feita a primeira entrega?” O senhor responde: “Foi feita, foi executada”. O desembargador: “E quanto o senhor chegou a pagar de porcentagem?” “Dez por cento do contrato total.” O desembargador: “Em termos de valor em moeda, equivalente a quanto?” O senhor: “Até o dia em que eu saí, em outubro, tá... eu vou, eu vou... a quantidade exata que eu assinei eu não me lembro”.

“Mas 10% de um contrato de 13 milhões, daria um milhão e trezentos, mais ou menos. Foi isso que foi pago?” Aí, o senhor responde: “Eu não sei se eles pagaram depois da minha saída. Até minha saída, o compromisso foi feito. Eu acredito que foi pago, porque eles fizeram até um aditamento que sumiu...” E nós estamos procurando esse aditamento aqui até agora, não conseguimos achar.

“E uma renovação de contrato com aditamento que sumiu, aí na casa de dez milhões. Isto tudo, depois, eu vi, lendo o processo. E, aí, eu fiquei sabendo que eles ganharam, que eles... que foi... que foi formalizado. E depois sumiu esse processo, depois da operação que foi feita.”

Aí, o desembargador pergunta: “Esta comissão de 6% do César seria referente à contratação do escritório de advocacia ligado ao deputado Fernando Capez?” O senhor responde: “Isso”. Aí, o desembargador fala: “Essa seria a explicação para o pagamento da comissão?” Resposta: “Esta seria a explicação para o pagamento da comissão”. Desembargador: “Isto para maquiar aí o pagamento da chamada propina?” O senhor responde: “É. Foi para maquiar o pedágio, né? Eu nunca estive com o deputado Capez, Fernando Capez, nem com o Duarte Nogueira. Então, tudo era relatado para mim para... como... por eu saber o presidente da cooperativa, tá? Isso era relatado também para a diretoria.”

Aí, o desembargador pergunta: “Como que era feito esse pagamento das comissões? Através de depósito? Dinheiro em espécie? De que maneira?” Aí, o senhor responde: “Eu briguei muito para ser em depósito, mas o César e o Marcel, junto com... Eu tenho até a gravação de ameaças de um funcionário chamado Licá. Quem era esse senhor?” “Assessor do Capez”, o senhor responde.

Bom, aí vai adiante. O senhor não poderia, pelo menos, dizer algumas... fazer algumas considerações a respeito disso, inclusive a respeito desse escritório de advocacia? Era um escritório que ficava onde? Ficava aqui em São Paulo esse escritório? O senhor pode nos dizer isso? Ele intermediava esse tipo de comissão? Deste destinatário o senhor tem alguma informação? O senhor poderia nos ajudar. O senhor não consegue nos ajudar? Não tem jeito de o senhor nos ajudar?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Eu não sei onde fica esse escritório. Quem fez foi o Marcel.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Mas, a fala dos destinatários, um pouco mais do contrato. Ajude-nos.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - O meu advogado pediu para que eu não falasse.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Cassio, neste momento, nós temos que seguir o coração. Eu tenho certeza de que o seu coração está com outro desejo neste momento. A sua consciência também pede outra coisa. Nessa dúvida, temos que seguir nossa consciência, com todo o respeito ao doutor. Siga o seu coração, siga a sua consciência. E ajude-nos. Nós queremos ajudá-lo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sabe por quê? Só um minutinho.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - E acho que uma pergunta importante, também: se o senhor esteve pessoalmente com algum agente político ou público nesse processo todo.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Nenhuma vez.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pessoalmente, nunca?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sabe por quê? Gostaríamos... Estamos insistindo para que o senhor fale porque muitas vezes o seu silêncio pode estar protegendo pessoas que vão sair ilesas desse processo, pessoas que certamente também têm responsabilidade e vão prejudicá-lo. É isso que queremos deixar muito claro para o senhor. Quer dizer, o seu silêncio, embora... É paradoxal isso, mas o senhor pode achar que esse silêncio é em benefício seu, mas, na verdade, ele está beneficiando outras pessoas, as quais o senhor não está podendo citar nem contar nada para nós.

**O SR. ROBERTO LAMARI** - Senhores, V. Exas. me permitem uma breve colocação?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Pois não.

**O SR. ROBERTO LAMARI** - A nossa orientação é estritamente técnica. O Cassio não tem interesse em proteger ninguém, não tem interesse algum em omitir os fatos, tanto assim que ele foi extremamente verdadeiro e fiel àquilo que de fato aconteceu nos depoimentos que ele já prestou.

Ocorre que aqui, nesta circunstância, em razão, reiterando, do acordo firmado, ele não pode se manifestar. A partir do momento... Se o juízo federal compartilhar toda a prova, todo o processo com V. Exas., daí nós nos sentiremos na liberdade de eventualmente prestar esclarecimentos. Mas, há um sigilo, há um acordo. Se, eventualmente, o Ministério Público falar assim: “Eu concordo que o Cassio rompa o acordo e se manifeste”, e o juízo deferir, aí tudo bem. Mas, sem que isso aconteça, eu coloco em risco o acordo dele.

Então, por isso a minha orientação é técnica. O Cassio, ele tem vontade de falar, ele tem vontade de esclarecer, até porque jogaram nas costas dele muita responsabilidade que não é dele. Então, ele tem interesse em se defender, mas ele não pode colocar em risco o acordo de delação. Só isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas eu só queria que ele respondesse então aquilo tudo que eu li agora há pouco. Esse trecho do seu depoimento, o senhor confirma ele, pelo menos, aqui para nós?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Tudo foi me dito pelo César e pelo Marcel.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não, mas isso que eu li aqui para o senhor, o senhor confirma, foi o senhor que disse?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Confirmo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Cassio, só para o senhor entender. Sr. Presidente, o Dr. Tórtima colocou à disposição do cliente dele falar a esta CPI se tivesse um documento por escrito. Sr. Presidente, o Dr. Tórtima colocou à disposição dele de o cliente vir novamente a esta CPI, falar com esta CPI, em tendo um documento escrito por parte da Procuradoria.

**O SR. ROBERTO LAMARI** - Não, não, desculpe, do Ministério Público Federal.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Então, da Procuradoria federal.

**O SR. ROBERTO LAMARI** - É Ministério Público.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - É, a Procuradoria.

**O SR. ROBERTO LAMARI** - Isso, Procuradoria. Isso, perfeito. E com a anuência do juízo, perfeito.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, peço que marquemos uma agenda, o mais breve possível, com a procuradora responsável pelo caso e levemos um pedido oficial desta CPI para que haja essa resposta, para demonstrar, também, a importância deste depoimento, desta CPI. O doutor... Eu



entendo, doutor, sua preocupação, mas nós já estivemos com o procurador de Justiça e ele tem outro entendimento. Mas, o senhor está colocando o da Justiça Federal.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Federal, perfeito...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Presidente, peço que vamos lá o mais breve possível. Temos, aí, mais um mês de trabalho, para que possamos fazer isso. Se pudermos marcar, entrar em contato ainda hoje, tenho certeza de que a procuradora não vai se opor a atender os membros desta CPI.

Por fim, Sr. Cassio, só para o senhor entender como querem prejudicar determinadas pessoas e preservar outras, o senhor disse... Está na página 8. O desembargador pergunta: “Sr. Cassio, a cooperativa teria sido, então, prejudicada?” O senhor responde: “Foi muito prejudicada.” O desembargador: “Por qual razão específica?” O senhor: “Porque nós compramos a laranja dos produtores. Estocamos. Ficamos devendo. O nome da cooperativa ficou sujo por falta de pagamentos e de protestos.” Acabaram com o seu trabalho. Acabaram com o trabalho de agricultores familiares. Ajude-nos. Mais uma vez, estou pedindo, aqui...

Aí, continua: “...por falta de pagamentos e de protestos.” O desembargador: “Mas, a cooperativa foi preterida em razão do concurso de uma outra empresa...” Isso, em 2013... “...que já estava atuando na Secretaria da Educação?” O senhor: “Isso. Foi o que vieram falar, um pouco antes de cancelar o contrato.”

E o secretário da Educação não... Nós já aprovamos a convocação do secretário da Educação, o Sr. Herman. Hoje, há requerimento para desconvocá-lo - só para o senhor entender como está sendo a disputa nesta CPI. Por isso, é importante a sua colaboração, aqui, conosco. O secretário da Educação teria favorecido uma empresa que já fornecia suco, lá, há 20 anos. O senhor...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputado, conclua, por favor.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Vou concluir, Sr. Presidente. O desembargador: “O senhor lembra o nome da empresa?” Depoente... E nós pedimos também a convocação dessa empresa, a Citro Cardilli. Hoje, ela se chama Brasil Citrus.

E aí, depois, fala do valor, se teria recebido. O senhor cita que o Marcel e o César teriam dito que o secretário teria recebido cem mil reais.

Há requerimento para desconvocá-lo, para que ele não venha aqui. E o senhor, aqui, alguns estão tentando incriminá-lo. Que, já na formação da cooperativa, já teria sido cometido um crime pelo senhor... Por isso, há a importância da sua colaboração, aqui, conosco. Mais uma vez, siga o seu coração.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT - É...**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Já está esgotado o seu tempo, também, deputada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT -** O meu tempo está esgotado?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Também, deputada.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB -** Eu só queria fazer uma solicitação, para completar as palavras do deputado Alencar Santana Braga. Vamos fazer um oráculo, aqui, e entronizar o “São Chebabi”, porque algumas palavras, aqui, são de que ele é santo. “Ele criou uma cooperativa modelar no Brasil. Ele é um santo, vítima de tudo que foi feito.”

Senhores, incriminem quem querem incriminar - que, até agora, V. Exas. não falaram, ainda -, mas deixem de querer tornar santo alguém que fez crime horrendo e horripilante contra o povo de São Paulo, especialmente os jovens.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO TATTO - PT -** Sr. Presidente, quero passar o meu tempo para a deputada Beth Sahão. (Manifestação dos presentes.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB -** Senhores, por favor!

O nobre deputado Enio Tatto tem cinco minutos, que passa à deputada Beth Sahão.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu não sei nem se vou ocupar todos eles, mas, como o meu tempo acabou, eu precisaria de mais um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - É para seguir o Regimento, deputada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Eu queria, assim... Não sei se o senhor poderia nos responder isso. Se, alguma vez, o senhor já fez alguma audiência com secretários de Estado...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não? Nenhuma secretaria?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Não.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Nunca foi levado por nenhum deputado a nenhuma secretaria?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Uma vez fui à Secretaria de Agricultura, mas para falar sobre a citricultura, nada de importante. (Manifestação dos presentes.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Citricultura? Ah, o senhor tem uma foto, também... Uma ou duas, se não me engano, com o governador Alckmin... O senhor tirou essa foto. O senhor se lembra de onde?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Foi em Bebedouro. Eu estava entregando exatamente a folha do edital do... Da nossa vitória da chamada pública em 2013, para mostrar para ele que, em Bebedouro, nós tínhamos uma cooperativa que queria fornecer suco de laranja...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sim, mas...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor mostrou o edital de licitação para ele?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - O edital, não. Desculpe. O...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Empreste aquela foto para mim.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O extrato do “Diário Oficial”?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - “Diário Oficial”.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - De qual cidade?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Do Estado.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não, ele estava em Bebedouro, ele está dizendo.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Eu estava... Ele estava em Bebedouro. O... Do Estado... O...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - O senhor mostrou ao governador o “Diário Oficial”? Mas, por quê?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Não, só em uma reunião em que ele esteve, lá, de passagem, eu tirei uma foto com ele e falei para ele e mostrei para ele que nós tínhamos ganhado uma chamada pública e que... E para ele dar uma olhada...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E ele gostou? O que ele disse? O que ele falou?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - E que Bebedouro tinha uma cooperativa que poderia fornecer suco para ele...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E o que ele falou?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Ele não falou nada. Pegou... O assessor dele pegou e, aí, eles subiram no palanque, só.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas, o senhor disse que, quando o senhor foi à Secretaria de Agricultura, foi para tratar de um assunto...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Foram várias pessoas e eu falei de citricultura. A crise dos...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O Sr. Misiara estava junto?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Isso. A crise da citricultura é muito grande.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas, eu tenho uma foto, aqui, em que o senhor aparece com o Sr. Misiara, a ex-secretária Mônica Bergamaschi e o deputado Itamar Borges.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Isso, foi essa vez.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Mas, aqui, da citricultura... Mas, o senhor... Está na mão, aqui... Há uma foto com uma... Não sei se é um folder, se é alguma cartilha... Da Coaf?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - É. Estávamos apresentando, mostrando que havia uma cooperativa de pequeno produtor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Então, não foi... A citricultura mais voltada para essa questão...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E essa foto o senhor se lembra de onde foi?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Foi na Secretaria de Agricultura.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Foi na secretaria? Aqui, também, temos a foto com o governador. Esta aqui é a outra foto que há.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Essa foto foi tirada em Bebedouro.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, eu vou solicitar licença para trazer um quatrilhão, 592 bilhões, 184 milhões de fotos com o governador, de todo tipo de pessoas do estado de São Paulo. Ele respeita e governa, com muita honestidade e integridade por quatro mandatos. (Manifestação dos presentes.)

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Sr. Presidente, eu estou no meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Vossa Excelência está no seu tempo, deputada.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O deputado Barros Munhoz, sem pedir licença, entrou no meu tempo. Eu não dei aparte para Sua Excelência.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Achei que V. Exa. já tinha terminado. Desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Por favor, senhores! Será descontado, deputada. Pode continuar.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ainda que o governador, como figura pública, tenha foto com um zilhão de pessoas... Mas, eu estou aqui, conversando com o Sr. Cassio Chebabi e tenho uma foto do governador com ele e tenho todo o direito de perguntar onde ele tirou essa foto, o que ele estava fazendo e se ele conversou alguma coisa com o governador. Ora! Eu estou no meu tempo e ele acabou de falar.

Não perguntei para V. Exa., deputado Barros Munhoz. A hora em que eu perguntar para V. Exa., V. Exa. responde. Eu perguntei para ele. Portanto, eu gostaria que ele respondesse.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Deputada, tudo está transcorrendo de uma forma muito tranquila.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Não, tudo bem. Eu só queria deixar isso claro, porque, senão... Eu estou em uma linha de raciocínio. Eu mostrei outras fotos. Ele está me dizendo... Aí, tem a foto do governador. Está dizendo...

Intempestivamente, o deputado Barros Munhoz me interrompe para poder fazer aquilo que já lhe é peculiar, na defesa do Governo do Estado - o que é legítimo. Tem que fazer mesmo, mas tem que fazer no seu tempo, e não no meu.

Então, eu gostaria de devolver a palavra para o deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Sr. Presidente, eu passo o restante do tempo para o deputado Alencar Santana Braga.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Chebabi, essa outra foto, salvo engano, foi no Palácio dos Bandeirantes, no dia 18, onde o senhor vai tratar do Projeto Microbacias II. O que o senhor tem a dizer desse projeto e dessa foto, também, com o governador? O senhor se lembra desse evento?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Como diz o nobre deputado, foi só mais uma foto.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Está bem, mas o que o senhor pode dizer do Microbacias II? Do projeto que começou, não deu continuidade...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Eu vou me negar a falar sobre isso porque o responsável... Eram outros. Não era...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Todo mundo diz que é o senhor.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - E quem eram os outros? O senhor pode dizer ou não?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Os meus sucessores.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Como? Não entendi.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - E todo mundo diz que o senhor é o responsável de tudo.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Quem eram os responsáveis? Fale um pouquinho mais perto do microfone, por gentileza.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Responsável... Carlos Alberto Santana, Caio Pereira Chaves e Carlos Lopes. Eles eram responsáveis por prestar contas da obra. Isso é feito pelo governo.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Sr. Cassio, eu prometo parar por aqui, mas queria fazer, novamente, uma pergunta. Por que a Coaf... Eu queria que o senhor nos ajudasse nesse ponto. Esse ponto, talvez, seja o essencial para o senhor. Por que a Coaf assinou dois contratos com o escritório Paciello? Eram beneficiados diferentes nos contratos? O senhor não está dizendo nomes. Eram beneficiados diferentes?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Desculpe, deputado, eu vou obedecer à ordem do meu advogado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Doutor, ajude. (Vozes fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado.



**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Não, para mim é rápido. Eu só quero dizer para o Sr. Chebabi que nós respeitamos a posição dele, mas eu queria dizer, aqui, Sr. Chebabi, que, de Agricultura eu trabalhei até 22 anos. Sei o quanto é duro trabalhar na Agricultura. E tenho acompanhado, e muito, essa questão da citricultura no estado de São Paulo - não só eu, como deputados de vários partidos. E nós somos sensíveis a isso. E eu vi o senhor falando que o senhor arrendou quatro hectares. Quatro hectares não dão nem dois alqueires de terra. Quantos pés de laranja dá para se plantar em quatro hectares?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Dois mil.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Dois mil. É muito pouco.

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - A minha família, desde o meu avô... Nós plantamos laranja.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT** - Eu sei. De laranja, eu sei que o senhor manja, mas eu queria dizer para o senhor que é muito pouco diante de um universo de um arrendamento de quatro hectares. Sempre, quando... Em plantação de laranja, ninguém planta menos de cinco ou dez mil pés, porque não compensa. O senhor sabe disso. Se 20 mil pés já não compensam, imagine dois mil.

Então, eu queria dizer, com isso, que a essa questão da laranja todos nós somos sensíveis, mas nós não podemos, aqui, dizer que o senhor, com quatro hectares, tinha toda essa influência no laranjal todo daquela região. Eu acho muito difícil, porque sempre é quem produz mais. Tem que se virar mais. Tem que correr mais atrás. Só queria registrar isso, Sr. Presidente.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Sr. Presidente, só para fazer uma rapidíssima interrogação. A quem beneficia o seu silêncio, Sr. Chebabi?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - A mim.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Um homem inteligente, como o senhor é... A quem beneficia o seu silêncio?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI - A mim.**

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - A quem?**

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI - A mim.**

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Beneficia ao senhor? O senhor acredita nisso?**

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB - Tem a palavra o deputado Luiz Fernando.**

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Sr. Chebabi, queria, da mesma forma, só uma confirmação sua. O senhor... Quando na oitava do Tribunal de Justiça, o desembargador lhe pergunta: “O secretário da Educação também estava envolvido neste recebimento?” Falava do recebimento de propina, percentuais, comissão. A sua resposta foi: “O Marcel e o César falaram que boa parte da secretaria estava envolvida, que ele tinha que pagar muita gente lá dentro.” O senhor confirma isso? O senhor disse isso?**

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI - Confirmo. Disse.**

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Eu queria, dessa forma, deputado Barros Munhoz... Como o senhor disse que havia um grande esquema e esse esquema... (Manifestação dos presentes.)**

Foi relatado que envolve muita gente do governo, esse governo tão honesto que V. Exa., por obrigação, defende. Eu queria passar o resto do meu tempo à deputada Beth Sahão. Queria agradecer isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT - Eu só queria pedir para o senhor falar um pouquinho mais próximo do microfone, porque as nossas reuniões são gravadas e, às vezes, nós também temos dificuldade de escutar em função do barulho lá fora.**

Eu queria, mais uma vez, voltar a um trecho do seu depoimento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em que o procurador lhe pergunta se o senhor afirma

que o Marcel tinha uma relação de proximidade com o deputado Fernando Capez nesse depoimento da colaboração premiada e de onde o senhor tirou essa informação.

Aí, o senhor responde: “Dos contatos que o César tinha com o Marcel, que me parecia ter muita influência. E também posso afirmar que, na campanha do Fernando Capez, chegou muito material do Fernando Capez para o César. Então, mostrou que realmente existia um vínculo com o deputado.” “Com o César ou com o Marcel?” “Com o Marcel e com o César.” Aí, o procurador pergunta: “Chegou material da campanha lá?” “Chegou. Chegaram placas.” Aí, mais uma vez, o procurador pergunta: “Para quê? Para o César distribuir lá?” Aí, o senhor responde: “Ele fez a campanha do Capez, lá, em Bebedouro. Está certo que foi um mês antes, não é? Nem isso, mas chegaram várias placas, não foi? Cavaletes, aliás, e materiais - santinhos, etc.”

Eu queria... Realmente, esses materiais de campanha chegaram e é isso mesmo o que o senhor está colocando aqui e foi feita a campanha do deputado Fernando Capez pelo Sr. César na cidade de Bebedouro. É isso? O senhor confirma isso também?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Isso.

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Aí, há outra questão. O procurador faz outra pergunta para o senhor: “Só vou permitir retornar à questão do carro para a campanha. O pedido original envolvia um carro. Mais alguma coisa? Lembra-se disso ou não?” Aí, o senhor responde: “Não, o pedido original não envolvia o carro. O carro foi pedido após, antes das eleições, para poder, como eu disse... Para o Jeter, para ele poder fazer a campanha para o deputado...” Aí, o procurador pergunta: “Qual carro, especificamente?” O senhor responde: “Foi um Gol, um Gol branco. Eu não me lembro da placa. Eu não me lembro.” “Poderia aproximar a data? O contrato e prestação de serviço com o Jeter já havia sido assinado?” Aí, o senhor responde: “Sim, acredito que sim. Já. Já.”

Enfim, essa questão do carro, também, é outro equipamento de campanha, uma ferramenta de campanha. O senhor também confirma que ela foi... Que foi doado...

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Deputada, eu vou obedecer às ordens do meu advogado e vou...

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - O senhor não vai falar mais nada?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Só mais essa, vai?

**A SRA. BETH SAHÃO - PT** - Ok. Obrigada. Mas, é verdadeiro?

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não havendo mais nenhum orador inscrito...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente, antes de V. Exa. encerrar... Não sei se V. Exa. vai encerrar.

Em algumas semanas... Esta CPI, durante algumas semanas, teve duas audiências, às terças e quartas. Eu entendo, pela pauta enorme de requerimentos - e, ainda, o conjunto de pessoas a serem ouvidas, como o secretário Herman... Que V. Exa. ponderasse isso e fizéssemos duas reuniões por semana, já que nós temos, aí, mais um mês, 27 dias, enfim, “x” dias, para poder terminar...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Eu pondero a V. Exa. que seria importante, ainda na tarde de hoje, que tentássemos sentar e chegar a uma composição, para que a CPI pudesse andar e terminar de uma forma adequada. Então, fica já feita a sugestão a V. Exa., que, em nome da bancada do PT, da oposição, possa participar dessa conversa.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu só tenho uma consulta médica daqui a pouco, mas estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - A partir de...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Creio que estarei aqui por volta das 16 horas ou 16 horas e 30 minutos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Então, às 16 horas, podemos...

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Da minha parte, Sr. Presidente, quando V. Exa. chamar uma reunião dessas... Vossa Excelência chamou uma vez e eu disse que não poderia. Estou à disposição, desde que haja bom senso de parte de quem é...

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Às 16 horas, então, pode ser?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Que haja bom senso da maioria. Qualquer imposição nós não aceitaremos.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Não, não é imposição, deputado.

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Estou deixando clara, em público, a minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Sua Excelência está sugerindo 16 horas. Para V. Exa. é possível?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Se eu chegar do médico, irei com toda tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Às 16 horas e 30 minutos é mais adequado?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - Eu tenho uma consulta. Eu vou tirar uma radiografia do meu dedo e tenho uma consulta com um especialista. Se eu chegar, irei.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Pode ser às 16 horas e 30 minutos?

**O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT** - A princípio, ok. Da minha parte, estarei aqui.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Às 16 horas e 30 minutos V. Exa. estará aqui? Está bem. Então, às 16 horas e 30 minutos?

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - De minha parte, tudo bem. Como a deputada Marcia Lia não está, eu vou me atrever a fazer só uma indagaçãozinha. Ela diz que visitou muito, lá, várias vezes, e não há laranja plantada, mais, lá, nos assentamentos, onde há os agricultores familiares. É verdade isso? Há laranja plantada, lá, em quantidade para fornecer o suco ou o suco era comprado já pronto? Isso o senhor também não pode falar?

**O SR. CASSIO IZIQUE CHEBABI** - Vou obedecer ao meu advogado.

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - O senhor vai obedecer ao seu advogado?

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Sr. Presidente, vamos marcar às 16 horas. Caso o deputado Alencar Santana Braga não chegue, nós aguardaremos um pouco. Por causa dos outros deputados, também... Às 16 horas.

**O SR. PRESIDENTE - MARCOS ZERBINI - PSDB** - Está ok. Então, está combinado.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*